

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Guararapes Confeccões S.A. ("Companhia") constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

A Guararapes Confeccões S.A. produz uma variedade de confecções e tem sua produção focada em atender a demanda de sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo (composto da Controladora e suas Controladas) opera com uma cadeia de pontos de varejo e o e-commerce para a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo transfere um produto para o cliente. Parte de suas vendas no varejo são financiadas pela sua controlada indireta Midway Financeira, através de suas operações com cartões *Private Label* e Bandeirados, além da concessão de empréstimos pessoais a esses mesmos clientes.

Em 16 janeiro de 2020, foi constituída a Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD., objetivando a intermediação das importações oriundas do continente asiático para atender as Lojas Riachuelo. Vide nota explicativa 7.

A partir de 2020, a Companhia começou a explorar em espaços próprios a marca das lojas Carter's, produtos já comercializados nas redes das Lojas Riachuelo. Vide nota explicativa 6.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 15 de março de 2021.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pela NBC TG 21 (R4) - Normas Brasileira de Contabilidade - e as normas internacionais de relatório financeiro IAS 34 - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia e suas controladas também levaram em consideração as orientações do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021 de 29 de janeiro de 2021, adicionando informações em notas explicativas quando necessário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 aplicável às Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas e apresentadas em suas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 MOEDA FUNCIONAL

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$), incluindo a empresa Riachuelo Shanghai, uma vez que essa controlada indireta opera única e exclusivamente para atender a operação da Lojas Riachuelo, sem nenhuma independência associada, conforme estabelecido em Estatuto Social.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.2.2 AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a Administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

2.2.3 ARREDONDAMENTO DE VALORES

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de Reais, salvo indicação em contrário.

2.2.4 NOVA NORMA, ALTERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NORMAS

A Companhia e suas Controladas iniciaram o exercício 2020 com alteração e aplicação de novas normas que passaram a vigorar em 01 de janeiro de 2020, cujos impactos são especificados a seguir:

2.2.4.1 ALTERAÇÕES ÀS IFRS'S E NOVAS INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA A PARTIR DO EXERCÍCIO CORRENTE

Em janeiro de 2020, passaram a vigorar na Companhia e suas controladas as seguintes normas:

- ATUALIZAÇÕES DO NBC TG 26 (R5) E NBC TG 23 (R2)

As revisões do NBC TG 26 (R5) /IAS 1 e do NBC TG 23 (R2) /IAS 8 fornecem uma nova definição de materialidade e como essa pode influenciar as decisões tomadas pelos usuários primários, que foram analisadas pela Administração e não trouxeram impactos para a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas.

- ATUALIZAÇÕES DO NBC TG 15 (R1)

As alterações do NBC TG 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros se o Grupo operar com quaisquer combinações de negócios.

- **REVISÃO DO NBC TG 00 (R2)**

A nova revisão do NBC TG 00 (R2) traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer alguns conceitos importantes. A Companhia entende que essa revisão não trouxe impacto para as suas demonstrações financeiras individuais e Consolidadas.

- **DELIBERAÇÃO CVM Nº 854/2020**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou em 24 de abril 2020, a Deliberação CVM 854, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15. O documento aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, as alterações nos Pronunciamentos Técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48, emitidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), em decorrência da Reforma da Taxa de Juros de Referência e está correlacionada com a revisão aprovada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em setembro de 2019 (*IBOR Reform – phase 1*), em função do processo de reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London Interbank Offered Rate* (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021.

A Administração entende que estas emendas e a deliberação da CVM não apresentaram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

- **DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou em 7 de julho de 2020, a Deliberação CVM 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16. O documento aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, as alterações nos Pronunciamentos Técnicos NBC TG 16, emitido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), e está correlacionada com a revisão aprovada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em 2020, em função dos impactos causados nos arrendamentos em decorrência da COVID-19.

Os impactos dessa deliberação estão apresentados na nota explicativa de nº 22, conforme estabelecido pelos novos parágrafos incluídos na norma em destaque.

2.2.4.2 NORMA NOVA, ALTERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NORMA QUE AINDA NÃO ESTÁ EM VIGOR

- **NBC TG 50/IFRS 17 CONTRATOS DE SEGUROS**

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e substituirá o NBC TG 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O NBC TG 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis.

A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, uma vez que tal norma aplica-se às seguradoras.

- **Alterações no NBC TG 26/IAS 1**

Esta alteração será válida a partir de 1º de janeiro de 2023, onde o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao NBC TG 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Atualmente, a Companhia avalia os impactos que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

2.2.5 CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas, incluídas na consolidação, estão descritas na Nota 6.

2.2.6 IMPACTOS RELACIONADOS A COVID-19

A Companhia e suas controladas sofreram os efeitos causados pela pandemia da COVID-19 em 2020, uma vez que a operação das Lojas Riachuelo foi classificada como não essencial, impedindo a abertura de suas filiais em determinados períodos e regiões ao longo do ano, com a retomada de suas operações em horários reduzidos. Em decorrência dessas restrições, todas as operações das empresas do grupo foram impactadas, inclusive a produção da Guararapes, que teve sua operação reduzida no início da pandemia. A Companhia e suas controladas, visando sempre a preservação da saúde de seus clientes e colaboradores, opera de acordo com as regras estabelecidas em cada região, levando em consideração as melhores práticas adotadas para o varejo e demais operações.

Em linha com a orientação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 de 10 de março de 2020 e OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021 de 29 de janeiro de 2021, a Companhia e suas controladas avaliam e observam os riscos e incertezas advindos do atual cenário de pandemia, sempre considerando as normas contábeis aplicáveis, onde sua principal preocupação ao longo de todos os trimestres do ano foi a preservação do caixa, visando garantir o funcionamento de toda a sua operação.

As principais estimativas e operações que a Companhia destaca os impactos relacionados à pandemia são:

- (i) Provisão para perdas de crédito esperadas – NE 4.1(b) e NE 11;
- (ii) Instrumentos financeiros – NE 4.3;
- (iii) Provisão para perdas de estoques – NE 12;
- (iv) Tributos a recuperar – NE 13;
- (v) Cálculo de impairment de ativos não financeiros – NE 15.5;
- (vi) Empréstimos e financiamentos – NE 19;
- (vii) Ativos e passivos de arrendamento – NE 22;
- (viii) Tributos diferidos – NE 27.
- (ix) Custo dos produtos vendidos – NE 32.1
- (x) Despesas com vendas – NE 32.2

2.2.7 RISCO DE CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em decorrência do cenário econômico gerado pelos efeitos da pandemia da COVID-19, a Companhia avaliou sua capacidade de continuidade operacional através de projeções de resultado para os próximos 10 anos.

Com base nesse estudo, em 31 de dezembro de 2020, não foi identificado nenhum risco de continuidade operacional, considerando os cenários avaliados pela Administração. No entanto, a Companhia está continuamente monitorando as mudanças não esperadas que possam trazer deterioração no ambiente econômico e de negócios, e, conseqüentemente, afetar sua capacidade de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas em suas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

Suportada pelo acompanhamento e atualização diária de cenários elaborados diante da incerteza ocasionada pelos efeitos da COVID-19 e, considerando os principais indicadores financeiros e normas contábeis, a Administração vem trabalhando constantemente na reavaliação de suas principais estimativas e julgamentos contábeis, conforme apresentado em suas respectivas notas explicativas.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, que identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. As análises de sensibilidade aqui apresentadas estão de acordo com a NBC TG 40 Instrumentos Financeiros – Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604 de 19/11/2009.

(a) RISCO DE MERCADO

(i) RISCO CAMBIAL

O risco cambial do Grupo provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, não é adotado nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando:

- (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e
- (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada com base na exposição dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020 e as variações de cotação no dólar norte-americano para conversões projetadas para o exercício de 2021. A cotação do dólar futuro está contida nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de mercado em 12 de março de 2021. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

Taxa	Cenários		Cenário I Provável	Cenários	
	Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
US\$	2,65	3,98	5,30	6,63	7,95

Operação	Moeda	Saldo contábil 2020	Consolidado				
			Cenários		Cenário I Provável	Cenários	
			Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
Passivos							
Fornecedores - Estrangeiros	5,15	143.951	(69.879)	(32.843)	4.193	41.229	78.265
Resultado							
Variação cambial ativa			(69.879)	(32.843)	4.193	-	-
Variação cambial passiva			-	-	-	41.229	78.265
Impacto no Resultado			(69.879)	(32.843)	4.193	41.229	78.265

(ii) RISCO DO FLUXO DE CAIXA OU VALOR JUSTO ASSOCIADO COM TAXA DE JUROS

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo.

A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição dos cenários negativos e positivos com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de seus ativos e passivos indexados à variação do CDI. Com base nos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020 e a expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, que contempla os efeitos da pandemia ocasionados pela COVID-19, emitido em 12 de março de 2021, indica uma taxa efetiva da SELIC em 4,50%, demonstramos o cenário provável para o exercício de 2021.

Operação	Risco	Taxa Projetada	Saldo contábil 2020	Consolidado				
				Cenários		Cenário I Provável	Cenários	
				Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
Ativos								
Títulos e valores mobiliários	CDI	1,90%	2.786.717	26.474	39.711	52.948	66.185	79.421
Títulos e valores mobiliários	SELIC	4,50%	456.361	10.268	15.402	20.536	25.670	30.804
			3.243.078	36.742	55.113	73.484	91.855	110.225
Passivos								
Empréstimos - CDI	CDI	1,90%	1.723.844	16.377	24.565	32.753	40.941	49.130
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	13.638	205	307	409	511	614
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	91	1	2	3	3	4
Empréstimo - Operação 4.131	CDI	4,35%	210.473	4.578	6.867	9.156	11.444	13.733
Certificados recebíveis imobiliários	CDI	1,90%	43.926	417	626	835	1.043	1.252
Debêntures - 100,00% do CDI + 2,65%	CDI	4,55%	202.985	4.618	6.927	9.236	11.545	13.854
Debêntures - 100,00% do CDI + 2,95%	CDI	4,85%	507.950	12.318	18.477	24.636	30.794	36.953
Debêntures - 100,00% do CDI + 2,65%	CDI	4,55%	587.164	13.358	20.037	26.716	33.395	40.074
Debêntures - 100,00% do CDI + 3,30%	CDI	5,20%	516.608	13.432	20.148	26.864	33.580	40.295
Debêntures - 100,00% do CDI + 2,30%	CDI	4,20%	300.545	6.311	9.467	12.623	15.779	18.934
			4.107.224	71.615	107.423	143.231	179.035	214.843

(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices

Resultado

Receitas de aplicações financeiras	36.742	55.113	73.484	91.855	110.225
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(71.615)	(107.423)	(143.231)	(179.035)	(214.843)
Impacto no Resultado	(34.873)	(52.310)	(69.747)	(87.180)	(104.618)

Impacto no Resultado Líquido de IR/CS

(23.016)	(34.525)	(46.033)	(57.539)	(69.048)
-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

A Administração manteve a sua postura para preservação do caixa durante o ano de 2020 visando minimizar os efeitos causados pela pandemia da COVID-19, onde a captação de recursos foi um desses reforços. O quadro acima já demonstra o impacto das taxas de mercado para 2021, considerando os efeitos da pandemia.

(b) RISCO DE CRÉDITO

As atividades do Grupo compreendem a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira, adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Companhia, após avaliar a carteira de "Outros ativos circulantes", registrou o saldo de provisão para perdas de crédito esperadas no montante de R\$ 1.616 (R\$ 1.267 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os seus valores a receber já vencidos.

A Controlada Indireta Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para perdas de crédito esperadas no montante de R\$ 921.847 (R\$ 1.108.217 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os riscos de crédito, considerando os efeitos da COVID-19 em seus recebíveis e faturamento. Adicionalmente, juntamente com os principais executivos do Grupo, manteve o acompanhamento dos índices de recebimentos, assim como a comunicação com seus clientes sobre os seus vencimentos e as restrições as operações de empréstimos pessoal.

Atendendo ao ofício circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, em observância à NBC TG 48 Instrumentos Financeiros, a Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas constituída na Midway Financeira, até o momento, é suficiente para suportar as perdas futuras, pois além da provisão prevista pela Resolução 2.682 do BACEN, existe uma provisão adicional para suportar possíveis crises econômicas, políticas e sociais que de alguma forma possam afetar os clientes, incluindo os efeitos da pandemia, observáveis até o momento.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. ("Midway Shopping") constituiu uma provisão para perdas de crédito esperadas nas cobranças de aluguéis das lojas no valor de R\$ 1.385 (R\$ 1.792 em 31 de dezembro de 2019). Essa provisão foi calculada com base na perda real do ano corrente considerando o faturamento dos próximos 12 meses. Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas negociações amigáveis não foram bem-sucedidas, estão sendo cobrados por meio de ações judiciais com risco de despejo.

Mesmo com o retorno de suas operações, dentro das regras de funcionamento estabelecidas pelos órgãos fiscais de Natal - RN, a Administração do Midway Shopping manteve nesse quarto trimestre de 2020, ações de faturamento e cobrança levando em consideração o cenário de funcionamento de seus lojistas, com o objetivo de preservar os seus índices de inadimplência em decorrência da pandemia da COVID-19.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda relevante decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) RISCO DE LIQUIDEZ

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira, mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo, localizada em São Paulo, que investe em contas bancárias com incidência de rendimentos, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo mantinha ativos líquidos de R\$ 3.378.307 (R\$ 1.569.492 em 31 de dezembro de 2019) conforme descrito nas Notas 9 e 10.

	Nota nº	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9	512	466	2.921.946	943.009
Títulos e valores mobiliários (*)	10	755.052	663.740	456.361	626.483
Ativos líquidos		755.564	664.206	3.378.307	1.569.492

(*) O valor de R\$ 725.138 (R\$ 663.740 em 31 de dezembro de 2019) registrado na Controladora, foi eliminado no saldo Consolidado, em virtude de estarem aplicados na Controlada indireta Midway Financeira.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

		Controladora - 2020				
Operação	Nota nº	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	17	109.663	109.663	-	-	109.663
Fornecedores - "Confirming"	18	20.153	20.153	-	-	20.153
Empréstimos e Financiamentos	19	91	91	-	-	91
Debêntures	20	1.799.256	86.596	477.718	1.598.379	2.162.693
Certificados de recebíveis imobiliários	21	43.485	43.636	-	-	43.636
		1.972.648	260.139	477.718	1.598.379	2.336.236

		Consolidado - 2020				
Operação	Nota nº	Valor Contábil	Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	17	754.388	754.388	-	-	754.388
Fornecedores - "Confirming"	18	279.247	279.247	-	-	279.247
Empréstimos e Financiamentos	19	1.947.481	1.262.845	719.276	21.678	2.003.799
Debêntures	20	2.094.330	99.020	496.018	1.914.777	2.509.815
Certificados de recebíveis imobiliários	21	43.485	43.636	-	-	43.636
		5.118.931	2.439.136	1.215.294	1.936.455	5.590.885

A Companhia e suas controladas, diante do cenário da COVID-19, vêm realizando negociações juntos aos fornecedores, visando a dilatação nos prazos de pagamentos, além de efetuar captação de recursos com juros atrativos na manutenção do capital do Grupo.

(d) LINHAS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS

O Grupo monitora diariamente os limites de linhas de operações bancárias globais concedidos, apresentando atualmente a utilização dentro dos limites de créditos e não quebrando nenhuma cláusula contratual estabelecida, que são avaliadas com base nas demonstrações financeiras encerradas em cada exercício. Contudo, a Administração está monitorando os impactos da COVID-19 na projeção dos resultados, para renegociar as cláusulas contratuais estabelecidas, se necessário.

4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro 2020, o índice de alavancagem regrediu em 7 pontos percentuais abaixo se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Tal fato foi motivado pela decisão da Administração de focar seus esforços na preservação de caixa em decorrência da pandemia do COVID-19, sempre avaliando as taxas e prazos das linhas de créditos disponíveis no mercado. Segue abaixo o cálculo do índice de alavancagem:

	Nota nº	Consolidado	
		2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos	19	1.947.481	1.323.810
Debêntures	20	2.094.330	1.421.974
Certificados de recebíveis imobiliários	21	43.485	79.714
Empréstimos com partes relacionadas	29	-	638
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	9	(2.921.946)	(943.009)
Menos: Títulos e valores mobiliários	10	(456.361)	(626.483)
Dívida líquida		706.989	1.256.644
Total do patrimônio líquido	28	5.027.343	5.224.591
Total do capital		5.734.332	6.481.235
Índice de alavancagem financeira - %		12	19

A gestão de capital não é conduzida no nível da Controladora, somente no nível Consolidado.

4.3 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A Companhia entende que o valor contábil dos saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos financeiros foram contabilizados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Os títulos e valores mobiliários foram considerados de nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

	Consolidado - 2020								
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	107.559	107.349	106.870	103.971	425.749	427.932	(2.183)	(873)	(1.310)
	Consolidado - 2019								
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	314.048	104.662	207.100	625.810	625.509	301	(120)	181
Variação no período de 2020									(1.491)

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

(a) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 1

O valor justo dos ativos financeiros mantidos para negociação é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como disponíveis para venda cujo valor justo foi apropriado em outros resultados abrangentes.

(b) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 2

O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no Nível 2.

(c) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no Nível 3.

Não houve impacto significativo no cálculo do valor justo desses ativos decorrentes da COVID-19 na Companhia e em suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. É a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Vice-Presidente, em linha com as decisões estratégicas do Grupo definidas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os segmentos operacionais mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são: Varejo, Financeira e Fabril, conforme descrito a seguir.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

O Grupo está amparado nos segmentos denominados “Varejo”, “Financeira”, “Fabril” e “Outros”, por meio de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e definição sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado, que considera os efeitos dos incentivos fiscais. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais (quando aplicável), como custos de reestruturação e despesas legais. A mensuração também exclui os efeitos de ganhos ou perdas não realizados sobre ativos e passivos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e por seu *e-commerce*.

O segmento “Financeiro” corresponde às operações de crédito ao consumidor, executadas por meio do cartão “Riachuelo”.

O segmento “Fabril” corresponde à produção das confecções pela Companhia comercializadas pela controlada Lojas Riachuelo.

O segmento “Outros” corresponde às operações de transportes, locação e a *trading* na China (intermediando a importação de produtos provenientes do continente Asiático).

(a) ATIVOS E PASSIVOS

	2020					
	Varejo	Financeira	Fabril	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	3.378.201	6.480.996	1.986.779	113.255	(3.258.175)	8.701.056
Ativo não circulante	4.895.766	495.435	5.245.119	1.185.058	(6.695.842)	5.125.536
Total do ativo	8.273.967	6.976.431	7.231.898	1.298.313	(9.954.017)	13.826.592
Passivo						
Passivo circulante	2.684.447	5.240.126	408.420	34.799	(3.287.297)	5.080.495
Passivo não circulante	1.199.425	719.295	1.796.135	4.227	(328)	3.718.754
Total do passivo	3.883.872	5.959.421	2.204.555	39.026	(3.287.625)	8.799.249
Patrimônio líquido	4.390.095	1.017.010	5.027.343	1.259.287	(6.666.392)	5.027.343
Total de passivo e patrimônio líquido	8.273.967	6.976.431	7.231.898	1.298.313	(9.954.017)	13.826.592
	2019					
	Varejo	Financeira	Fabril	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	2.954.685	5.305.436	1.737.664	34.042	(2.522.591)	7.509.236
Ativo não circulante	4.892.050	395.939	5.397.040	1.255.732	(6.847.474)	5.093.287
Total do ativo	7.846.735	5.701.375	7.134.704	1.289.774	(9.370.065)	12.602.523
Passivo						
Passivo circulante	2.371.110	4.144.777	457.725	22.830	(2.595.935)	4.400.507
Passivo não circulante	1.022.469	523.616	1.452.388	3.954	(25.002)	2.977.425
Total do passivo	3.393.579	4.668.393	1.910.113	26.784	(2.620.937)	7.377.932
Patrimônio líquido	4.453.156	1.032.982	5.224.591	1.262.990	(6.749.128)	5.224.591
Total de passivo e patrimônio líquido	7.846.735	5.701.375	7.134.704	1.289.774	(9.370.065)	12.602.523

(b) RESULTADOS

	2020					
	Varejo	Financeira	Fabril	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.340.617	1.869.070	876.732	62.703	(903.750)	6.245.372
Custo dos produtos, das mercadorias e dos	(2.448.734)	(821.815)	(697.539)	(10.499)	893.929	(3.084.658)
Lucro bruto	1.891.883	1.047.255	179.193	52.204	(9.821)	3.160.714
Despesas com vendas	(1.832.658)	(260.106)	(10.061)	-	(222.676)	(2.325.501)
Despesas gerais e administrativas	(450.362)	(800.798)	(46.812)	(23.036)	310.093	(1.010.915)
Honorários	(7.472)	(2.885)	(3.954)	-	-	(14.311)
Outras (despesas) receitas operacionais						
líquidas	38.046	31.970	167.423	371	(79.214)	158.596
Resultado de equivalência patrimonial	(20.359)	-	(289.393)	(14.481)	324.233	-
Despesas operacionais	(2.272.805)	(1.031.819)	(182.797)	(37.146)	332.436	(3.192.131)
Lucro (prejuízo) operacional	(380.922)	15.436	(3.604)	15.058	322.615	(31.417)
Receitas financeiras	50.434	50.982	33.760	2.090	(27.067)	110.199
Despesas financeiras	(152.792)	(95.694)	(60.520)	(612)	30.257	(279.361)
Resultado financeiro	(102.358)	(44.712)	(26.760)	1.478	3.190	(169.162)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de						
renda e da contribuição social	(483.280)	(29.276)	(30.364)	16.536	325.805	(200.579)

2019

	Varejo	Financeira	Fabril	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	5.397.722	2.356.247	1.192.138	99.452	(1.237.515)	7.808.044
Custo dos produtos, das mercadorias e dos	(2.909.187)	(217.575)	(957.774)	(14.739)	1.218.372	(2.880.903)
Lucro bruto	2.488.535	2.138.672	234.364	84.713	(19.143)	4.927.141
Despesas com vendas	(2.116.131)	(1.030.396)	(12.709)	-	(231.127)	(3.390.363)
Despesas gerais e administrativas	(482.469)	(680.876)	(59.812)	(22.277)	337.228	(908.206)
Honorários	(7.307)	(3.728)	(4.667)	-	-	(15.702)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	73.414	83.841	126.107	255	(88.944)	194.673
Resultado de equivalência patrimonial	275.770	-	273.400	275.758	(824.928)	-
Despesas operacionais	(2.256.723)	(1.631.159)	322.319	253.736	(807.771)	(4.119.598)
Lucro operacional	231.812	507.513	556.683	338.449	(826.914)	807.543
Receitas financeiras	82.103	61.094	101.510	3.940	(54.237)	194.410
Despesas financeiras	(138.491)	(114.241)	(97.736)	(42)	60.921	(289.589)
Resultado financeiro	(56.388)	(53.147)	3.774	3.898	6.684	(95.179)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175.424	454.366	560.457	342.347	(820.230)	712.364

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 2.2.

ANÁLISE DA RECEITA POR CATEGORIA

Receita Líquida por segmento	2020	2019
Vendas a Varejo	4.340.617	5.397.722
Produtos e Serviços Financeiros	1.869.070	2.356.247
Shopping Center	47.101	75.860
Vendas pela indústria	876.732	1.192.138
Transportes	15.602	23.592
Eliminação entre as empresas consolidadas	(903.750)	(1.237.515)
	6.245.372	7.808.044

6 EMPRESAS CONTROLADAS

POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controlada na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controlada é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

As empresas controladas incluídas na consolidação são:

- Lojas Riachuelo S.A. ("Lojas Riachuelo")

A Lojas Riachuelo S.A. que atua no ramo varejista é controlada da Guararapes Confeções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, por meio de suas 324 (321 em 31 de dezembro de 2019) lojas presentes em todo território nacional e de sua plataforma de *e-commerce*. Possui também 3 lojas denominadas Casa Riachuelo, voltadas para o segmento *home*.

Em 2020, foi celebrado o "Contrato de Licença" onde a controlada Lojas Riachuelo passou a operar com exclusividade a marca Carter's no Brasil pelo prazo inicial de dez anos. Esta frente contará com o desenvolvimento de uma cadeia de lojas com o nome fantasia "Carter's" e com o comando do *e-commerce* da marca no País. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 05 lojas abertas sob a marca Carter's.

- Midway Shopping Center Ltda.

O Midway Shopping Center Ltda., localizado na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira")

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do País.

- Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD.

A Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD., tem como finalidade intermediar as operações de importação de produtos para as empresas do grupo.

7 INVESTIMENTOS

(a) CONTROLADORA

	2020	2019
Empresas controladas	4.623.895	4.685.761
Lucros não realizados nos estoques	(16.776)	(18.613)
Total dos investimentos	4.607.119	4.667.148
Saldo inicial	4.667.148	4.496.657
Equivalência Patrimonial	(289.393)	273.400
Adiantamentos de lucros e dividendos a distribuir	-	(33.806)
Provisão de lucros e dividendos complementar a distribuir	(29.216)	(69.076)
Resultados abrangentes	(1.491)	(27)
Ajuste de arrendamento em Controlada - IFRS 16	10.071	-
Aumento de capital na controlada	250.000	-
Saldo final	4.607.119	4.667.148

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Empresas Controladas e Coligadas	País	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 2020	Participação e capital votante - 2020 em %
Lojas Riachuelo S.A.	Brasil	Varejo	Ativa	1.488.225	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Brasil	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Brasil	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (**)	Brasil	Financeiro	Ativa	5	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Brasil	Participações	Ativa	-	-
Riachuelo Shanghai Consulting CO LTD. (****)	China	Trading	Ativa	-	-

(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(**) A controlada Riachuelo Participações Ltda. possui o controle com 99,99%.

(***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

(****) Controlada indireta por meio da Lojas Riachuelo S.A. que possui 100% de participação.

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A.	Lucros não realizados dos estoques	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.291.050	(20.516)	218.114	7.934	75	4.496.657
Equivalência patrimonial	215.085	1.903	53.893	2.491	28	273.400
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(27)	-	-	-	-	(27)
Dividendos	(50.500)	-	(51.199)	(1.183)	-	(102.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.455.608	(18.613)	220.808	9.242	103	4.667.148
Aumento de Capital (*)	250.000	-	-	-	-	250.000
Equivalência patrimonial	(322.236)	1.837	30.502	504	-	(289.393)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(1.491)	-	-	-	-	(1.491)
Ajuste de arrendamento - IFRS 16	10.071	-	-	-	-	10.071
Dividendos	-	-	(28.977)	(239)	-	(29.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.391.952	(16.776)	222.333	9.507	103	4.607.119

(*) Em 28 de dezembro de 2020, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 250.000 para aumento de capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado sem emissão de novas ações.

(c) INFORMAÇÕES SOBRE AS INVESTIDAS

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

	Riachuelo Shanghai Ltd.	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
31 de dezembro de 2020					
Circulante					
Ativo	9.369	3.378.201	91.558	12.311	6.480.996
Passivo	(231)	(2.684.447)	(31.412)	(3.154)	(5.240.126)
Ativo circulante líquido	9.138	693.754	60.146	9.157	1.240.870
Não circulante					
Ativo	1.340	4.895.766	166.304	506	495.435
Passivo	-	(1.199.425)	(4.117)	(110)	(719.295)
Ativo não circulante líquido	1.340	3.696.341	162.187	396	(223.860)
Patrimônio líquido	10.478	4.390.095	222.333	9.553	1.017.010

	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
31 de dezembro de 2019				
Circulante				
Ativo	2.954.685	72.504	12.021	5.305.436
Passivo	(2.371.110)	(19.969)	(2.859)	(4.144.777)
Ativo circulante líquido	583.575	52.535	9.162	1.160.659
Não circulante				
Ativo	4.892.050	172.021	331	395.939
Passivo	(1.022.469)	(3.748)	(206)	(523.616)
Ativo não circulante líquido	3.869.581	168.273	125	(127.677)
Patrimônio líquido	4.453.156	220.808	9.287	1.032.982

II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICO

	Riachuelo Shanghai Ltd.	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
31 de dezembro de 2020					
Receitas	-	4.340.617	48.942	18.933	1.869.070
Despesas operacionais	(5.292)	(4.823.897)	(12.780)	(18.198)	(1.898.346)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.292)	(483.280)	36.162	735	(29.276)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	-	161.639	(5.660)	(228)	14.794
Lucro (prejuízo) líquido	(5.292)	(321.641)	30.502	507	(14.482)

	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
31 de dezembro de 2019				
Receitas	5.397.722	75.860	27.866	2.356.247
Despesas operacionais	(5.222.298)	(13.029)	(24.108)	(1.901.881)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175.424	62.831	3.758	454.366
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	37.208	(8.937)	(1.254)	(178.581)
Lucro líquido	212.632	53.894	2.504	275.785

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

POLÍTICA CONTÁBIL

Ativos financeiros

- Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 11 e 09).

- Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

- Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

- *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas evidências de perdas significativas não recuperáveis na Companhia e nas suas Controladas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

		Controladora		Consolidado	
	Nota nº	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros					
Por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários -					
disponível para venda	10	755.052	663.740	456.361	626.483
Ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	9	512	466	2.921.946	943.009
Contas a receber de clientes	11	439.032	418.235	3.738.053	4.351.370
		1.194.596	1.082.441	7.116.360	5.920.862

		Controladora		Consolidado	
	Nota nº	2020	2019	2020	2019
Passivos financeiros					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	19	91	495	1.947.481	1.323.810
Debêntures	20	1.799.256	1.421.974	2.094.330	1.421.974
Certificados de recebíveis imobiliários	21	43.485	79.714	43.485	79.714
Partes relacionadas	29	-	638	-	638
Valor justo por meio de resultado					
Fornecedores	17	109.663	43.729	754.388	520.001
Fornecedores - "Confirming"	18	20.153	-	279.247	111.912
		1.972.648	1.546.550	5.118.931	3.458.049

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos e não possuem contratos com instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considera que os instrumentos financeiros registrados pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado e taxas contratuais (Nota 19); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício no relatório está próximo do seu valor justo.

A remuneração das debêntures emitidas pela Companhia e controlada Riachuelo é de:

Emissão	Empresa	Série	Taxa de juros nominal	Vencimento
Terceira	Guararapes	1ª Série	100,00% a.a. do CDI + 2,65%	31/08/2023
Terceira	Guararapes	2ª Série	100,00% a.a. do CDI + 2,95%	31/08/2024
Quarta	Guararapes	1ª Série	100,00% a.a. do CDI + 2,65%	27/11/2023
Quarta	Guararapes	2ª Série	100,00% a.a. do CDI + 3,30%	24/11/2025
Terceira	Riachuelo	Única	100,00% a.a. do CDI + 2,30%	23/11/2023

Os Certificados de recebíveis imobiliários são remunerados com base em 99,50% das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, conforme as cláusulas contratuais.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

A Controlada Lojas Riachuelo realiza antecipação de recebíveis de cartão de crédito de terceiros, que em 31 de dezembro de 2020, apresentava um saldo de R\$ 336 (R\$ 38.920 em 31 de dezembro de 2019), que foi classificado como ativo financeiro mantido para negociação e mensurado a valor justo por meio de resultado (Nota 11).

Os saldos registrados no consolidado, representados por LTN's e LFT's da controlada indireta Midway Financeira e com o Banco Bradesco, em 31 de dezembro de 2020, estão classificados como "Caixa e equivalente de caixa" e "Títulos e valores mobiliários", respectivamente como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 3.243.078 (R\$ 1.361.488 em 31 de dezembro de 2019), conforme Notas 9 e 10, classificados como mantidos para negociação e mensurados a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes.

	Nota nº	Consolidado	
		2020	2019
Depósitos bancários de curto prazo	9	2.786.717	735.005
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10	456.361	626.483
		3.243.078	1.361.488

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo por meio de resultado dos ativos mantidos para negociação é efetuada por meio de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

POLÍTICA CONTÁBIL

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

O caixa do Grupo é aplicado em Títulos na Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 110% a 160% do CDI CETIP e em títulos de Certificados de Depósitos Bancários com rentabilidade de 101% do CDI CETIP. O caixa da Midway Financeira é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados à SELIC (LFTs) e operações compromissadas de um dia com instituições AAA.

	2020	2019	2020	2019
Recursos em banco e em caixa	191	81	134.531	207.331
Depósitos bancários de curto prazo (a)	321	385	2.786.717	735.005
Aplicações financeiras (b)	-	-	698	673
	512	466	2.921.946	943.009

(a) O saldo de depósitos bancários de curto prazo no consolidado refere-se as aplicações realizadas pela controlada indireta Midway Financeira, em títulos lastreados em Letras do Tesouro Nacional – LTNs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata, ou seja, com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

(b) Refere-se as aplicações financeiras em CDB, com rentabilidade de 98% da CDI em 2019 e 2020, indexados à SELIC.

10 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Títulos e valores mobiliários não diferem dos valores de mercado, com mais de 90 dias da data da aplicação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os valores da Controladora são totalmente eliminados na consolidação por estarem aplicados na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda e valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão divulgados na Nota 4.3.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Letras de Câmbio - MTM	725.138	663.740	-	-
Letras Financeiras – LF	29.914	-	456.361	626.483
	755.052	663.740	456.361	626.483

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	663.740	54.672	626.483	395.844
Aplicação	1.179.274	971.492	159.915	204.145
Resgate	(1.104.593)	(390.266)	(341.872)	(156)
Resultados abrangentes	-	-	(1.491)	(27)
Juros/MTM	16.631	27.842	13.326	26.677
	755.052	663.740	456.361	626.483

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 725.138, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 663.740 em 31 de dezembro de 2019), da controlada Midway Shopping no valor de R\$ 78.653 (R\$ 46.432 em 31 de dezembro de 2019) e da controlada Transportadora Casa Verde Ltda. no valor de R\$ 5.496 (R\$ 5.453 em 31 de dezembro de 2019), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que as aplicações são efetuadas na controlada indireta Midway Financeira.

O caixa do Grupo é composto, substancialmente, por títulos da sua controlada indireta Midway Financeira, que por sua vez, é aplicado em Títulos Públicos Federais e operações compromissadas com instituições AAA, motivo pelo qual a Administração entende que não apresentam risco de crédito considerando o cenário da COVID-19. Pelo estudo de *impairment* realizado pela Companhia, com base nos lucros auferidos e nas expectativas de lucros futuros na Midway Financeira, assim como na análise da carteira de crédito apresentada na nota 9, a Companhia entende que a controlada Midway Financeira tem condições de honrar seus compromissos junto as empresas do Grupo.

11 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo, em linha com a NBC TG 48 Instrumentos Financeiros. Na Controladora, referem-se a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a Administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 59 dias têm seus rendimentos registrados na conta “Contas a receber”, e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não existem diferenças relevantes entre o saldo contábil das contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos valores estão reconhecidos pelo valor justo.

Na avaliação da provisão para perdas de crédito esperadas, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica.

As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

- **Provisão para perdas de crédito esperadas**

A Administração avalia periodicamente a provisão e as perdas estimadas para perdas de crédito esperadas, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

- **Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira**

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu ao complemento da provisão para perdas de crédito esperadas, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2020 no montante de R\$ 88.461 (R\$ 79.297 em 2019), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empresa controlada	439.032	418.235	-	-
Cartão de crédito Riachuelo	-	-	3.675.587	4.145.380
Crédito pessoal	-	-	351.376	708.205
Cartões de créditos terceiros	-	-	571.887	619.485
Antecipação de cartão de crédito de terceiros	-	-	(336)	(38.920)
Outros valores a receber	-	-	62.771	27.229
	439.032	418.235	4.661.285	5.461.379
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(923.232)	(1.110.009)
	439.032	418.235	3.738.053	4.351.370

(b) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS ESPERADAS ESTÁ DEMONSTRADA A SEGUIR:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(880.591)
Constituições/reversões	(1.008.547)
Perdas	779.129
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.110.009)
Constituições/reversões	(246.753)
Perdas	433.530
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(923.232)

(c) COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS ESPERADAS POR EMPRESAS:

Empresas	2020	2019
Midway Financeira	921.847	1.108.217
Midway Shopping	1.385	1.792
	923.232	1.110.009

(d) COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES NOS CORRESPONDENTES NÍVEIS DE RISCO/QUALIDADE DO CRÉDITO DA MIDWAY FINANCEIRA:

	31 de dezembro de 2020			
Nível de Risco (*)/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	2.977.722	-	2.977.722	14.889
B - Vencidos até 30 dias	46.471	18.511	64.982	650
C - Vencidos de 31 até 60 dias	40.587	25.749	66.336	1.990
D - Vencidos de 61 até 90 dias	27.803	27.402	55.205	5.520
E - Vencidos de 91 até 120 dias	21.900	28.726	50.626	15.188
F - Vencidos de 121 até 150 dias	18.464	27.952	46.416	23.207
G - Vencidos de 151 até 180 dias	15.528	27.507	43.035	30.125
H - Vencidos acima de 180 dias	120.879	620.938	741.817	741.817
Provisão complementar			-	88.461
	3.269.354	776.785	4.046.139	921.847

Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito

22,78%

	31 de dezembro de 2019			
Nível de Risco (*)/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	3.190.164	-	3.190.164	15.951
B - Vencidos até 30 dias	108.353	38.117	146.470	1.465
C - Vencidos de 31 até 60 dias	104.200	69.291	173.491	5.205
D - Vencidos de 61 até 90 dias	70.559	80.834	151.393	15.139
E - Vencidos de 91 até 120 dias	56.272	87.676	143.948	43.184
F - Vencidos de 121 até 150 dias	38.823	90.027	128.850	64.425
G - Vencidos de 151 até 180 dias	29.029	90.031	119.060	83.342
H - Vencidos acima de 180 dias	127.642	672.567	800.209	800.209
Provisão complementar			-	79.297
	3.725.042	1.128.543	4.853.585	1.108.217

Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito

22,83%

(*) referem-se à categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

A redução do montante total provisionado deve-se a redução da carteira total da controlada Midway Financeira, entretanto mantém em 2020 os percentuais de cobertura. A composição da provisão para perdas de crédito esperadas está de acordo com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros.

(d) RENEGOCIAÇÕES DA MIDWAY FINANCEIRA

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizaram o montante de R\$ 376.269 (R\$ 322.170 em 31 de dezembro de 2019).

Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram no exercício o montante de R\$ 241.426 (R\$ 107.227 em 31 de dezembro de 2019).

I - Empresas controladas (*)

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

	2020	2019
A vencer de 61 a 90 dias	127.681	108.730
A vencer de 31 a 60 dias	168.439	147.567
A vencer até 30 dias	142.912	161.938
	439.032	418.235

(*) em 28 de dezembro de 2020, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 250.000 para aumento de capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado, sem emissão de novas ações.

II – Cartões de créditos e outros

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer há mais de 180 dias	327.091	339.095
A vencer de 91 e 180 dias	682.303	762.127
A vencer de 61 e 90 dias	441.050	521.822
A vencer de 31 e 60 dias	646.615	757.250
A vencer até 30 dias	1.785.286	1.950.155
A vencer	3.882.345	4.330.449
Vencidos até 30 dias	26.402	61.047
Vencidos de 31 e 60 dias	41.249	101.795
Vencidos de 61 e 90 dias	42.610	103.764
Vencidos de 91 e 180 dias	127.956	299.806
Vencidos há mais de 180 dias	540.723	564.518
Vencidos	778.940	1.130.930
	4.661.285	5.461.379

Conforme divulgado na NE 4.1 (b), a Administração, tem acompanhado os índices de recebimentos de sua carteira diariamente, uma vez que, garantir os recebimentos é essencial para o negócio, principalmente porque a preservação do caixa passou a ser o principal foco da Companhia, principalmente em 2020 devido ao cenário econômico decorrente da pandemia da COVID-19, tomando medidas para reforçar a comunicação com seus clientes sobre os seus vencimentos e os novos canais disponíveis para pagamentos, por meio de convênios de recebimento com o Grupo Pão de Açúcar "GPA", Carrefour e Casas Lotéricas, que continuam até a presente data. O resultado das ações tomadas está sendo positivo e o comportamento do recebimento está superior aos cenários que a Administração havia projetado.

Analisado o comportamento dos recebimentos atuais para projeção futura, a Administração observou em 31 de dezembro de 2020, uma redução na perda por inadimplência na Controlada Midway Financeira de 2,7% se comparado a 31 de dezembro de 2019. A redução deve-se aos critérios rigorosos na concessão de crédito, redução do volume de empréstimo pessoal e, principalmente, nas ações de cobrança realizadas no exercício.

Com base na construção de cenários de estresse, levando em consideração os principais indicadores financeiros e normas contábeis, a Administração acompanha e atualiza diariamente as informações econômicas para propiciar as decisões mais adequadas para manter a continuidade do Grupo Financeiro de forma estruturada.

Atendendo ao ofício circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, referente aos efeitos provocados pela COVID-19, em observação à NBC TG 48 Instrumentos Financeiros, a Administração entende que a perda de crédito esperadas constituída na Midway Financeira, é suficiente para suportar as perdas futuras, pois, além da provisão prevista pela Resolução 2.682 do BACEN, existe uma provisão adicional para suportar possíveis crises, econômicas, políticas e sociais que de alguma forma possam afetar os nossos clientes, incluindo os efeitos da pandemia observáveis até o momento. Em razão do apresentado, observou-se o efeito de queda de 17,03% na carteira da Midway que passou de R\$ 4.853.585 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4.026.963 em 31 de dezembro de 2020, e uma queda de 16,82% na perda de crédito esperada que passou de R\$ 1.108.217 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 921.847 em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Midway Shopping possui uma provisão para as prováveis perdas de aluguel das lojas no valor de R\$ 1.385 (R\$ 1.792 em 31 de dezembro de 2019).

Após a retomada da operação no terceiro trimestre de 2020, ainda que em horário reduzido, a cobrança dos aluguéis tem sido baseada no comportamento das vendas dos lojistas, dessa forma, o Midway Shopping visa conter um possível aumento da inadimplência em função do isolamento social causado pela COVID-19.

12 ESTOQUES

POLÍTICA CONTÁBIL

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos das fichas técnicas dos produtos tais como, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Na controlada Lojas Riachuelo os estoques, incluindo os itens de almoxarifado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, mensurados pelo menor valor entre o custo e do mercado, ajustado quando necessário por provisão para perda.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados e mercadorias para revenda	9.288	6.605	867.512	859.203
Provisão para perdas nos estoques	(2.797)	-	(47.714)	(36.913)
Mercadoria para revenda líquida	6.491	6.605	819.798	822.290
Produtos em elaboração	24.408	21.500	24.408	21.500
Matérias-primas	83.780	87.021	83.780	87.021
Materiais secundários e outros	47.331	51.434	63.699	65.216
Importação em andamento	4.374	8.622	50.604	55.702
Materiais em trânsito	620	52	620	52
	167.004	175.234	1.042.909	1.051.781

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 697.539 (R\$ 957.774 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 3.084.658 (R\$ 2.880.903 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado, conforme descrito na nota 33.1.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, com base nas melhores práticas contábeis, a Companhia manteve a provisão para perdas nos estoques, motivado por obsolescência de sua matéria prima com idade superior a 365 dias, no valor de R\$ 2.797, sendo que deste valor R\$ 34 são referentes ao quarto trimestre.

Os saldos dos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda estão próximos do mesmo período do ano anterior, o que é positivo frente ao cenário atual de pandemia da COVID-19, visto que demonstra a preocupação da Administração com os seus níveis de estoque.

O aumento da provisão para perdas em estoque da controlada Lojas Riachuelo em 2020 refere-se principalmente ao aumento dos estoques morosos, por conta dos efeitos causados pela pandemia do COVID-19.

A Controlada Lojas Riachuelo iniciou a comercialização da sua coleção primavera-verão no mês de setembro de 2020, oriunda principalmente das fábricas da Controladora e do mercado interno. A operação de e-commerce manteve um crescimento de venda superior ao mesmo período do ano anterior, porém em menor nível se comparado ao segundo trimestre de 2020, gerado pela reabertura das lojas físicas.

Considerando os índices atuais de estoques, incluído as provisões relacionadas, a Administração entende que não há nenhum impacto significativo que exija qualquer alteração das práticas adotadas.

(B) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS NOS ESTOQUES

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(31.698)
Constituições	-	(42.662)
Baixa da provisão por utilização	-	37.447
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(36.913)
Constituições	(2.925)	(26.252)
Baixa/Reversão da provisão por utilização	128	15.451
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.797)	(47.714)

13 TRIBUTOS A RECUPERAR

Nota nº	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS – Ativo Imobilizado	1.083	1.255	22.422	32.576
ICMS (a)	391	169	70.570	55.826
Imposto de Renda (b)	11.612	6.154	61.980	32.147
Contribuição Social (c)	3.915	1.187	23.876	10.461
PIS E COFINS (d)	85.848	146.066	1.107.114	1.295.479
INSS (e)	14.793	14.793	34.266	72.023
IPI e Outros	3.346	2.680	3.992	3.827
	120.988	172.304	1.324.220	1.502.339
Circulante	91.678	74.342	343.034	434.656
Não Circulante	29.310	97.962	981.186	1.067.683
	120.988	172.304	1.324.220	1.502.339

(a) O saldo na conta de ICMS a recuperar está inferior aos valores observados em anos anteriores, assim, a Administração entende que apesar do saldo em aberto, o escoamento dos valores a recuperar desse imposto ocorrerá nos próximos meses devido as operações da Companhia e suas controladas.

(b) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda pagos por estimativas, a serem compensados durante os exercícios seguintes.

(c) Saldo de contribuição social recolhidos por estimativas a maior nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.

(d) Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº01/2021 de 29 de janeiro de 2021, considerando os termos da NBC TG 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Controladora reconheceu o valor de R\$ 140.862 (R\$ 78.319 tributos recuperados e R\$ 62.543 de atualização monetária), no 4º trimestre de 2019, originado nos autos do processo nº 0001176-14.2007.4.05.8400, mediante decisão transitada em julgado e com arquivamento em definitivo em 17.10.2019, que concedeu integralmente o pleito de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O valor reconhecido em resultado, refere-se ao ICMS destacado em nota fiscal, sendo que, em razão dos benefícios financeiros obtidos, a Controladora recolheu o IRPJ e CSLL devidos.

Já a sua controlada Lojas Riachuelo, no último trimestre de 2018, reconheceu o valor de R\$ 1.167.782 (R\$ 684.658 tributos recuperados e R\$ 483.124 atualização monetária) originado nos autos do processo nº 0002253-28.2007.4.03.6100, mediante decisão transitada em julgado e com arquivamento em definitivo em 30.11.2018, que concedeu integralmente o pleito de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O valor reconhecido em resultado, conforme cancelado por seus auditores externos, refere-se ao ICMS destacado em nota fiscal, sendo que, em razão dos benefícios financeiros obtidos, a Controladora recolheu o IRPJ e CSLL devidos. Maiores detalhes vide nota 26 (c.2.3), que trata do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Por fim, esclarece que a Controladora e a controlada vêm apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS em suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a compensar da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo são de R\$ 85.848 (R\$ 78.319 tributos recuperados e R\$ 7.529 atualização monetária) e R\$ 978.246 (R\$ 684.658 tributos recuperados e R\$ 293.588 atualização monetária) respectivamente, já deduzidos das compensações efetuadas e atualizações monetárias do período, perfazendo um total no consolidado de R\$ 1.064.094.

A expectativa de compensação desses créditos está relacionada a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	72.414	276.880
2022	13.434	251.393
2023	-	271.273
2024	-	264.548
	<u>85.848</u>	<u>1.064.094</u>

A expectativa de compensação foi revisitada e alterada no 4º trimestre em função dos efeitos da pandemia da COVID-19. O escoamento é baseado na projeção de receitas futuras.

(e) Recuperação de créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes.

14 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Shopping Center e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado		
		2020		2019
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	47	<u>281.703</u>	<u>(115.640)</u>	<u>166.063</u>
				<u>171.736</u>

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	171.736	178.223
Adições	274	44
Depreciações	(5.947)	(6.531)
	<u>166.063</u>	<u>171.736</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor da despesa com depreciação no montante de R\$ 5.947 (R\$ 6.531 em 31 de dezembro de 2019), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos são os seguintes:

	2020	2019
Receitas	48.942	75.860
Despesas operacionais	(12.780)	(13.029)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.162	62.831
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(5.660)	(8.937)
Lucro líquido	30.502	53.894

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) METODOLOGIA PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela *Morning Star Inc.*, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo), classificado como nível 3, da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação. As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 829.733 para a data de 31 de dezembro de 2020 (R\$ 919.367 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Midway Shopping paralisou sua operação com fechamento do shopping em 21 de março de 2020, em função do decreto estadual referente ao período de isolamento instituído por conta da COVID-19, permanecendo aberto somente as atividades consideradas essenciais como: i) supermercado; ii) lojas *fast food*; iii) restaurantes na função *delivery*, iv) drogarias e; v) as clínicas da área externa do empreendimento. Tal decreto, seguido pela abertura com horário reduzido de suas operações a partir no mês de julho de 2020, fechando o ano com o controle de fluxo de pessoas dentro do empreendimento, provocou uma queda de 35,5% no faturamento líquido, se comparado ao mesmo período de 2019.

15 IMOBILIZADO

POLÍTICA CONTÁBIL

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os juros de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-50
Instalações	10-20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	2-50
Veículos e transportes	3-25
Móveis, utensílios e equipamentos	4-10
Propriedade para investimentos	47

Em 2020, não houve nenhum evento que originasse a necessidade de reavaliação da vida útil dos ativos do Grupo. A última reavaliação de vida útil da Companhia e sua controlada Lojas Riachuelo ocorreu em 2018.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

- *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

- *Redução dos valores de recuperação dos ativos*

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

- *Vida útil do imobilizado*

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

		Controladora		
		2020		
		2019		
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	387.399	(106.679)	280.720
Imobilizado para uso	5 a 25	580.222	(333.409)	246.813
		967.621	(440.088)	527.533
		Consolidado		
		2020		
		2019		
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	387.399	(106.679)	280.720
Imobilizado para uso	3 a 25	3.828.749	(2.470.245)	1.358.504
		4.216.148	(2.576.924)	1.639.224

15.1 IMÓVEIS COMERCIAIS

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

		Controladora e Consolidado		
		2020		
		2019		
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	194.011	-	194.011
Edifícios	25 a 50	192.934	(106.679)	86.255
Obras em andamento		454	-	454
		387.399	(106.679)	280.720

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

		Controladora e Consolidado			
		Imóveis comerciais			
		Obras em andamento			
		Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2018		217.976	241.984	454	460.414
Transferências (*)		(4.130)	(61.580)	-	(65.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		213.846	180.404	454	394.704
Baixas		(4.940)	(2.365)	-	(7.305)
Transferências		(14.895)	14.895	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		194.011	192.934	454	387.399
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	(130.211)	-	(130.211)
Despesa de depreciação		-	(6.048)	-	(6.048)
Transferências (*)		-	31.855	-	31.855
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	(104.404)	-	(104.404)
Despesa de depreciação		-	(4.095)	-	(4.095)
Baixas		-	1.664	-	1.664
Transferências (*)		-	156	-	156
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	(106.679)	-	(106.679)
Saldos líquidos					
31 de dezembro de 2018		217.976	111.773	454	330.203
31 de dezembro de 2019		213.846	76.000	454	290.300
31 de dezembro de 2020		194.011	86.255	454	280.720

(*) Saldo de R\$ 33.855, transferido para a rubrica "Ativo não circulante mantido para a venda", tendo em vista a aprovação na reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de dezembro de 2019, de disponibilizar para comercialização o imóvel e suas instalações, localizado na cidade de Guarulhos - SP pertencente à Companhia - antigo Centro de Distribuição das Lojas Riachuelo - nos próximos 12 meses. A operação foi concluída em novembro de 2020 no valor de R\$ 166.000 registrado em "Outras Receitas Operacionais", sendo R\$49.800 recebidos a vista e R\$ 116.200 a receber em 2021 e registrado em "Outros Ativos Circulantes". O ganho pela alienação do imobilizado foi de R\$ 132.000 e está representado na nota 34.

15.2 IMOBILIZADO PARA USO

(a) Composição do saldo

				Controladora	
				2020	2019
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	25 a 47	120.284	(67.856)	52.428	52.461
Máquinas e Equipamentos	16,6	334.447	(195.132)	139.315	142.656
Instalações	20	55.854	(28.703)	27.151	23.586
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	50.092	(39.212)	10.880	11.314
Veículos e transportes	5	3.972	(2.506)	1.466	2.260
Imobilizações em curso	-	15.573	-	15.573	23.189
		580.222	(333.409)	246.813	255.466

(*) do custo de móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 50.092 (R\$ 48.420 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 15.876 (R\$ 15.507 em 31 de dezembro de 2019) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 34.216 (R\$ 32.913 em 31 de dezembro de 2019), de 10 anos.

				Consolidado	
				2020	2019
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	25 a 50	144.877	(71.781)	73.096	73.604
Benfeitoria imóveis terceiros	2 a 50	1.818.125	(1.081.623)	736.502	822.604
Máquinas e Equipamentos	5 a 17	334.447	(195.132)	139.315	142.656
Instalações	10 a 20	492.212	(451.709)	40.503	58.577
Móveis e utensílios (**)	4 a 10	850.161	(591.230)	258.931	280.108
Veículos e transportes	3 a 25	135.373	(78.770)	56.603	59.500
Imobilizado em curso	-	53.554	-	53.554	57.427
		3.828.749	(2.470.245)	1.358.504	1.494.476

(**) do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 850.161 (R\$ 817.457 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 363.888 (R\$ 343.855 em 31 de dezembro de 2019) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 486.273 (R\$ 473.602 em 31 de dezembro de 2019), de 10 anos.

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

Controladora						
Imobilizado						
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	116.637	307.573	45.219	44.453	3.745	31.597
Adições	-	6.276	792	3.182	1.636	19.236
Baixas	-	(8.116)	(82)	(348)	(269)	(274)
Transferências	-	21.880	3.863	1.133	175	(27.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	116.637	327.613	49.792	48.420	5.287	23.189
Adições	-	2.654	1.719	1.430	197	12.555
Baixas	-	(7.113)	(9)	(622)	(1.523)	(4)
Transferências (*)	3.647	11.293	4.352	864	11	(20.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.284	334.447	55.854	50.092	3.972	15.573
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(60.615)	(173.699)	(21.390)	(34.980)	(2.867)	-
Despesa de depreciação	(3.561)	(18.269)	(4.900)	(2.469)	(421)	-
Baixas	-	7.011	84	343	261	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(64.176)	(184.957)	(26.206)	(37.106)	(3.027)	-
Despesa de depreciação	(3.680)	(16.938)	(2.506)	(2.726)	(561)	-
Baixas	-	6.763	9	620	1.082	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(67.856)	(195.132)	(28.703)	(39.212)	(2.506)	-
Saldos líquidos						
31 de dezembro de 2018	56.022	133.874	23.829	9.473	878	31.597
31 de dezembro de 2019	52.461	142.656	23.586	11.314	2.260	23.189
31 de dezembro de 2020	52.428	139.315	27.151	10.880	1.466	15.573

	Imobilizado							Total
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2018	141.230	1.692.325	307.573	487.665	764.724	136.683	52.606	3.582.806
Adições	-	43.445	6.276	10.589	24.952	2.905	159.828	247.995
Baixas	-	(112)	(8.116)	(176)	(11.621)	(2.444)	(2.621)	(25.090)
Transferências (*)	-	38.010	21.880	3.864	39.402	2.764	(152.386)	(46.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	141.230	1.773.668	327.613	501.942	817.457	139.908	57.427	3.759.245
Adições	-	27.490	2.654	1.806	23.354	691	59.209	115.204
Baixas	-	(7.624)	(7.113)	(6.055)	(18.398)	(5.369)	(733)	(45.292)
Transferências (*)	3.647	24.591	11.293	(5.481)	27.748	143	(62.349)	(408)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	144.877	1.818.125	334.447	492.212	850.161	135.373	53.554	3.828.749
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(63.590)	(817.302)	(173.699)	(421.564)	(474.748)	(78.354)	-	(2.029.257)
Despesa de depreciação	(4.036)	(133.171)	(18.269)	(21.977)	(72.274)	(3.619)	-	(253.346)
Baixas	-	(591)	7.011	176	9.673	1.565	-	17.834
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(67.626)	(951.064)	(184.957)	(443.365)	(537.349)	(80.408)	-	(2.264.769)
Despesa de depreciação	(4.155)	(135.402)	(16.938)	(14.447)	(70.922)	(3.168)	-	(245.032)
Baixas	-	4.956	6.763	5.990	17.041	4.806	-	39.556
Transferências (*)	-	(113)	-	113	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(71.781)	(1.081.623)	(195.132)	(451.709)	(591.230)	(78.770)	-	(2.470.245)
Saldos líquidos								
31 de dezembro de 2018	77.640	875.023	133.874	66.101	289.976	58.329	52.606	1.553.549
31 de dezembro de 2019	73.604	822.604	142.656	58.577	280.108	59.500	57.427	1.494.476
31 de dezembro de 2020	73.096	736.502	139.315	40.503	258.931	56.603	53.554	1.358.504

(*) referem-se aos valores transferidos para o grupo Intangível, razão pelo qual não zeram.

O montante de adição no imobilizado refere-se substancialmente a 12 novas lojas, investimentos em TI, e-commerce e antecipações de imobilizações em andamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da Controlada Lojas Riachuelo. No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, foram 13 remodelações de pontos comerciais, 9 novas lojas, investimentos em TI e antecipações de imobilizações futuras da controlada Lojas Riachuelo.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

15.3 DEPRECIAÇÃO

A Administração revisa, no mínimo anualmente, a vida útil estimada dos seus ativos imobilizados, com o auxílio dos engenheiros da Companhia. Até 31 de dezembro de 2020, apesar dos efeitos da pandemia do COVID-19, a Administração não identificou nenhum indicativo relevante que requeresse a reavaliação da vida útil dos seus ativos imobilizados.

As depreciações foram consideradas no resultado normalmente, havendo apenas um deslocamento da depreciação relacionada à produção da Controladora, que foi parcialmente classificada para "outras despesas operacionais" decorrentes da composição do custo de ociosidade.

15.4 IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

CONSOLIDADO:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis em linhas com os contratos de locação, em média 10 anos (imóveis de terceiros).

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas.

15.5 PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE IMOBILIZADO (“*IMPAIRMENT*”)

De acordo com o NBC TG 01 e IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração refez os cálculos de *impairment* baseado no resultado atual e projeções futuras e não foi apontado nenhum valor relevante que indicasse a necessidade de reconhecimento em resultado. Apesar do fechamento das lojas, seguido das aberturas graduais de acordo com a situação de cada localidade para conter o avanço da COVID-19, a Administração observa que a queda da geração de caixa das lojas físicas da controlada Lojas Riachuelo não interfere na capacidade de retorno dessas unidades geradoras de caixa. Isso porque o teste de *impairment* não leva em consideração apenas a queda na receita, mas também o trabalho constante que a sua controlada vem fazendo ao longo desse período para redução de despesas, intensificado pela ampliação do escopo dos trabalhos relacionados a OBZ (orçamento base zero).

A implantação da omnicanalidade pela Riachuelo, que disponibiliza o estoque de qualquer loja no *e-commerce*, que passam a operar também como pequenos centros de distribuição, favorece a valorização desses pontos de venda, não somente para esse cenário de pandemia, mas para o comportamento do consumidor do futuro, que procura cada vez mais praticidade e agilidade para satisfazer as suas necessidades.

16 INTANGÍVEL

POLÍTICA CONTÁBIL

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Pontos Comerciais

Os pontos comerciais das Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente, são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, classificados como cessão de direito de uso, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada em 10 anos. Para os contratos onde foram negociados o que classificamos como fundo de comércio, seus valores não sofrem perda ao longo do tempo, portanto não são amortizados, apenas atualizados para fins de cálculo de *impairment* das unidades geradoras de caixa, uma vez que esses valores compõem o saldo do ativo.

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Controladora	
				2020	2019
				Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	173	-	173	156
Gastos com implantação de software	5	9.097	(3.012)	6.085	2.929
		9.270	(3.012)	6.258	3.085
	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Consolidado	
				2020	2019
				Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.429	-	1.429	1.412
Pontos comerciais	(*)	84.768	(41.585)	43.183	38.221
Software	5 a 10	228.653	(135.161)	93.492	68.523
Gastos com implantação de software	5 a 10	363.703	(112.693)	251.010	186.861
Intangível em andamento	-	94.592	-	94.592	-
		773.145	(289.439)	483.706	295.017

(*) representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 5.756, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, entretanto é atualizado anualmente para fins de cálculo de *impairment* das unidades geradoras de caixa, cuja metodologia aplicada é através de fluxo de caixa descontado com base na projeção futura de expectativa de crescimento de venda e despesa da Controladora Lojas Riachuelo para os próximos 10 anos, descontada a uma taxa de 9,91%, que é atualizada trimestralmente pela Administração do Grupo com base no seu custo de capital. O direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 79.012 (R\$ 70.868 em 31 de dezembro de 2019), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

As movimentações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Controladora		
	Marcas e patentes	Gastos com implantação	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	135	2.888	3.023
Adições	21	2.258	2.279
Baixas	-	(30)	(30)
Transferências (*)	-	319	319
Saldos em 31 de dezembro de 2019	156	5.435	5.591
Adições	17	3.662	3.679
Saldos em 31 de dezembro de 2020	173	9.097	9.270
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(2.365)	(2.365)
Despesa de amortização	-	(141)	(141)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(2.506)	(2.506)
Despesa de amortização	-	(506)	(506)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(3.012)	(3.012)
Saldos líquidos			
31 de dezembro de 2018	135	523	658
31 de dezembro de 2019	156	2.929	3.085
31 de dezembro de 2020	173	6.085	6.258

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Intangível em andamento
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.391	57.842	143.353	178.282	-
Adições	21	15.800	42.995	72.636	-
Baixas	-	(125)	(88)	(29.979)	-
Transferências (*)	-	351	214	45.901	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.412	73.868	186.474	266.840	-
Adições	17	10.900	30.555	127.920	81.154
Baixas	-	-	(6.320)	(83)	-
Transferências (*)	-	-	17.944	(30.974)	13.438
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.429	84.768	228.653	363.703	94.592
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(30.156)	(104.703)	(57.879)	-
Despesa de amortização	-	(5.616)	(13.248)	(22.100)	-
Baixas	-	125	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(35.647)	(117.951)	(79.979)	-
Despesa de amortização	-	(5.938)	(23.531)	(32.717)	-
Baixas	-	-	6.321	3	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(41.585)	(135.161)	(112.693)	-
Saldos líquidos					
31 de dezembro de 2018	1.391	27.686	38.650	120.403	-
31 de dezembro de 2019	1.412	38.221	68.523	186.861	-
31 de dezembro de 2020	1.429	43.183	93.492	251.010	94.592

(*) referem-se aos valores transferidos do grupo Imobilizado, razão pelo qual não zeram.

Em 31 de dezembro de 2020, as aquisições de R\$ 250.546 (R\$ 131.452 em e 31 de dezembro de 2019), referem-se a investimentos em Tecnologia na Lojas Riachuelo, principalmente por conta do seu e-commerce e do Marketplace, e, na Midway Financeira, decorrente do seu plano de expansão.

(c) COMPOSIÇÃO DAS AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	2020	2019
Lojas Riachuelo	147.871	67.233
Midway Financeira	98.996	61.940
Guararapes	3.679	2.279
	250.546	131.452

Conforme quadro acima, a aquisição total do Grupo em 2020 foi 90,60% maior em 2020 se comparado a 2019, isso porque o desenvolvimento em tecnologia na Lojas Riachuelo está focado em oferecer um maior número de canais de compras para os seus clientes, como por exemplo: Criação do marketplace, venda via aplicativo de mensagem instantânea, e-commerce e App da RCHLO, Ship from Store (programa que visa o desenvolvimento *omnichannel*), entre outros, como Click & Collect, Retire rápido, Self-Checkout, PDV Mobile, RFID e E-Store/Prateleira.

Na Midway Financeira, os investimentos aumentaram em 59,83%, no exercício de 2020 se comparado ao exercício de 2019, e estão focados na implantação de sistemas de mercado mais adequados ao tamanho da carteira, assim como a expansão de ofertas de produtos e serviços, mantendo o objetivo da instituição na sua transformação em uma plataforma digital de serviços financeiros centrada no cliente, ampliando a atuação na área financeira diante da alta demanda do uso de canais digitais.

A Companhia e suas Controladas não identificaram nenhuma necessidade de constituição de perda de valor recuperável, conforme previsto na NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável dos ativos intangíveis, decorrente da pandemia da COVID-19.

17 FORNECEDORES

POLÍTICA CONTÁBIL

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, e de 2019, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Nacionais	88.914	38.990	610.437	469.441
Estrangeiros	20.749	4.739	143.951	50.560
	109.663	43.729	754.388	520.001

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores em dólar norte-americano e atualizados para Reais até a data final de cada período.

Visando a preservação do caixa em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia e sua controlada Lojas Riachuelo negociaram a extensão dos prazos de pagamento junto a seus fornecedores, motivo pelo qual os valores de 2020 estão superiores ao ano anterior.

18 FORNECEDORES – “CONFIRMING”

A Companhia e sua Controlada Lojas Riachuelo possuem convênio com o banco Santander na operação de “*confirming*” para gerir seus compromissos com os fornecedores, os quais permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação e com o mesmo prazo de vencimento das duplicatas originais.

Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos para o Banco Santander, e em troca recebem antecipadamente esses recursos do banco, sem necessidade de possuir nenhuma linha de crédito contratada com a entidade.

O fornecedor pode antecipar suas faturas na totalidade, desde que a mercadoria já tenha sido entregue.

				Controladora	
Modalidade	Taxa média (%)	Base	Vencimento	2020	
Em moeda nacional					
Fornecedor - "Confirming"	0,65 a.m.	4,5 meses	2021	20.153	
				20.153	
				Consolidado	
Modalidade	Taxa média (%)	Base	Vencimento	2020	2019
Em moeda nacional					
Fornecedor - "Confirming"	0,65 a.m.	4,5 meses	2021	279.247	111.912
				279.247	111.912

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Moeda Nacional		Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora		Consolidado	
Taxa de juros nominal					2020	2019	2020	2019
110,00% a 160,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI		Até 2021	-	-	265.602	238.051
115,00% CDI	(a)	SANTANDER - Midway S.A. CFI		Até 2020	-	-	-	192.378
115,00% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI		Até 2020	-	-	-	214.574
109,75% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI		Até 2021	-	-	107.201	104.036
109,75% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI		Até 2022	-	-	107.201	104.036
104,30% CDI	(g)	BRADESCO - Midway S.A. CFI		Até 2021	-	-	502.096	-
101,95% CDI	(h)	BRADESCO - Midway S.A. CFI		Até 2021	-	-	102.106	-
101,95% CDI	(h)	BRADESCO - Midway S.A. CFI		Até 2022	-	-	102.106	-
101,95% CDI	(h)	SAFRA - Midway S.A. CFI		Até 2021	-	-	50.993	-
101,95% CDI	(h)	SAFRA - Midway S.A. CFI		Até 2022	-	-	50.993	-
1,65% a.a. mais CDI	(h)	SAFRA - Midway S.A. DPGE		Até 2022	-	-	101.645	-
106,75% CDI	(a)	ITAÚ - Midway S.A. CFI		Até 2022	-	-	302.944	308.350
155,38% CDI	(i)	XP - Midway S.A.		Até 2022	-	-	18.813	-
152,82% CDI	(i)	XP - Midway S.A.		Até 2023	-	-	12.144	-
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes		Até 2021	91	31	91	31
4,35% a.a. pré-fixada mais CDI	(f)	SANTANDER - Lojas Riachuelo		Até 2021	-	-	210.473	-
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo		Até 2021	-	-	-	71.750
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo		Até 2022	-	-	-	64.649
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Guararapes		Até 2021	-	273	-	273
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes		Até 2021	-	191	-	191
3,00% a.a.	(e)	BRADESCO - Lojas Riachuelo		Até 2023	-	-	13.638	18.996
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo		Até 2021	-	-	-	7.890
		Custo de captação			-	-	(565)	(1.395)
					91	495	1.947.481	1.323.810
Circulante					91	495	1.247.287	762.175
Não-circulante					-	36	700.194	561.635
					91	495	1.947.481	1.323.810

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas jurídicas e físicas com juros variando de 110% a 160% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro, com conversibilidade imediata, sendo R\$ 241.839 com partes relacionadas (R\$ 236.425 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Está representado pelo financiamento celebrado entre a Companhia e a instituição financeira Bradesco S.A., referente ao incentivo do ICMS no estado do Ceará - PROVIN.

(c) Recursos utilizados para o capital de giro na expansão, reforma e aquisição de equipamentos da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo, Transportadora Casa Verde e da Companhia.

(d) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o "Call Center" da Lojas Riachuelo.

(e) Aquisição de aeronave.

(f) Recursos adquiridos pela controlada Lojas Riachuelo e utilizado para capital de giro do Grupo.

(g) Cédula de crédito bancário adquirida pela Midway Financeira para Capital de Giro.

(h) Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE realizado pela Midway Financeira para Capital de Giro.

(i) Aplicações de clientes em CDB por intermédio da XP Inventimentos.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia e sua controlada Lojas Riachuelo optaram pela quitação antecipada do empréstimo obtido junto ao BNDES, devido a captação de debêntures a juros mais baixos e com cláusulas restritivas (*covenants*) escalonadas, permanecendo apenas um contrato FINAME com juros mais baixos e com garantia do próprio bem adquirido.

As Notas Promissórias adquiridas em abril de 2020 foram quitadas antecipadamente em dezembro de 2020 devido a emissão de debêntures com prazos mais longos ao adquirido com a emissão desse documento.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.835	462	369.188	538.727
Captações	801	-	80.331	500.000
Juros e variação cambial	75	-	66.635	-
Transferências	426	(426)	477.092	(477.092)
Amortização de Juros	(75)	-	(14.108)	-
Pagamento de principal	(2.603)	-	(216.963)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	459	36	762.175	561.635
Captações	143	-	1.145.065	400.000
Juros e variação cambial	12	-	89.410	-
Transferências	36	(36)	261.441	(261.441)
Aquisição de custos a apropriar	-	-	(2.262)	-
Custos dos empréstimos amortizado	-	-	1.697	-
Amortização de Juros	(13)	-	(27.806)	-
Pagamento de principal	(546)	-	(982.433)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	91	-	1.247.287	700.194

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	Consolidado
2021	24.771
2022	667.470
2023	7.953
	700.194

20 DEBÊNTURES

POLÍTICA CONTÁBIL

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos das debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de 80 (oitenta) mil de debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10 (dez), da espécie quirografária com garantia fidejussória, conforme ata de reunião do Conselho Administrativo realizada em 23 de abril de 2018, num montante de R\$ 800.000 (oitocentos) milhões, emissão em 25 de abril de 2018 e vencimento em uma única parcela em 25 de abril de 2021, com remuneração semestral, quitada antecipadamente em dezembro de 2020, através de assembleia realizada junto a seus debenturistas.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de 600 (seiscentos) mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil Reais), perfazendo o montante total de R\$ 600.000 (seiscentos) milhões de Reais, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2018 ("RCA"), emissão em 11 de janeiro de 2019 e vencimento em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos de juros semestrais, quitada antecipadamente em dezembro de 2020, através de assembleia realizada junto a seus debenturistas.

A Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão de 700 (setecentos) mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil Reais), perfazendo o montante total de R\$ 700.000 (setecentos) milhões de Reais, sendo R\$ 200.000 (duzentos) milhões de Reais da Debênture de Primeira Série e R\$ 500.000 (quinhentos) milhões de Reais da Debênture de Segunda Série, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2020 ("RCA"). Com emissão em 31 de agosto de 2020, vencimento em parcela única, em 31 de agosto de 2023 para as Debêntures da Primeira Série e 31 de agosto de 2024 para as Debêntures da Segunda Série, e pagamentos de juros semestrais.

A Companhia realizou a 4ª (quarta) emissão de 1.100 (um milhão e cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil Reais), perfazendo o montante total de R\$ 1.100.000 (um bilhão e cem milhões) de Reais, sendo R\$ 585.281 (quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e um) milhões de Reais da Debênture de Primeira Série e R\$ 514.719 (quinhentos e quatorze mil, setecentos e dezenove) milhões de Reais da Debênture de Segunda Série, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2020 ("RCA"). Com emissão em 27 de novembro de 2020, vencimento em parcela única, em 27 de novembro de 2023 para as Debêntures da Primeira Série e 27 de novembro de 2025 para as Debêntures da Segunda Série, e pagamentos de juros semestrais.

A Controlada Lojas Riachuelo realizou a 3ª (terceira) emissão de 300 (trezentas) mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil Reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000 (trezentos) milhões de Reais, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2020 ("RCA"), emissão em 23 de novembro de 2020 e vencimento em parcela única em 23 de novembro de 2023.

Características da oferta das debêntures:

Debêntures	3ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	4ª Emissão	3ª Emissão
Emissor	Guararapes	Guararapes	Guararapes	Guararapes	Riachuelo
Série	1ª Série	2ª Série	1ª Série	2ª Série	Única
Títulos emitidos	200.000	500.000	585.281	514.719	300.000
Valor Unitário	1	1	1	1	1
Valor total	R\$200.000	R\$500.000	R\$585.281	R\$514.719	R\$300.000
Remuneração	100,00% a.a. do CDI + 2,65%	100,00% a.a. do CDI + 2,95%	100,00% a.a. do CDI + 2,65%	100,00% a.a. do CDI + 3,30%	100,00% a.a. do CDI + 2,30%
Pagamento de juros	Semestrais	Semestrais	Semestrais	Semestrais	Semestrais
Data da emissão	31 de agosto de 2020	31 de Agosto de 2020	27 de novembro de 2020	27 de novembro de 2020	23 de novembro de 2020
Vencimento	31 de agosto de 2023	31 de agosto de 2024	27 de novembro de 2023	27 de novembro de 2025	23 de novembro de 2023

Moeda nacional

Taxa de juros nominal	Emissor	Vencimento	Controladora e Consolidado		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
109,50% do CDI	Guararapes	25/04/2021	-	807.383	-	807.383
107,75% do CDI	Guararapes	11/01/2023	-	616.695	-	616.695
100,00% a.a. do CDI + 2,65%	Guararapes	31/08/2023	202.985	-	202.985	-
100,00% a.a. do CDI + 2,95%	Guararapes	31/08/2024	507.950	-	507.950	-
100,00% a.a. do CDI + 2,65%	Guararapes	27/11/2023	587.164	-	587.164	-
100,00% a.a. do CDI + 3,30%	Guararapes	27/11/2025	516.608	-	516.608	-
Custos a apropriar	Guararapes		(15.451)	(2.104)	(15.451)	(2.104)
100,00% a.a. do CDI + 2,30%	Riachuelo	23/11/2023	-	-	300.545	-
Custos a apropriar	Riachuelo		-	-	(5.471)	-
			1.799.256	1.421.974	2.094.330	1.421.974
Circulante			11.160	23.027	11.160	23.027
Não Circulante			1.788.096	1.398.947	2.083.170	1.398.947
			1.799.256	1.421.974	2.094.330	1.421.974

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.866	799.160	326.813	799.160
Captações principal	-	600.000	-	600.000
Aquisição de custos a apropriar	(1.636)	-	(1.636)	-
Juros	87.574	-	89.928	-
Transferências	213	(213)	213	(213)
Custo das Debêntures amortizado	1.051	-	1.051	-
Pagamento de juros	(73.041)	-	(86.941)	-
Amortização do principal	-	-	(306.401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.027	1.398.947	23.027	1.398.947
Captações principal	-	1.800.000	-	2.100.000
Aquisição de custos a apropriar	(4.240)	(11.904)	(4.240)	(17.613)
Juros	56.766	-	57.311	-
Transferências	1.398.947	(1.398.947)	1.398.164	(1.398.164)
Custo das Debêntures amortizado	2.798	-	3.036	-
Pagamento de juros	(66.138)	-	(66.138)	-
Amortização do principal	(1.400.000)	-	(1.400.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.160	1.788.096	11.160	2.083.170

COVENANTS

Manter o índice financeiro igual ou inferior a (i) a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) no exercício fiscal de 2021; (ii) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) no exercício fiscal de 2022; e (iii) 3,0 (três inteiros) no exercício fiscal de 2023.

I. “Índice Financeiro” significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA Ajustado da Emissora a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, a partir das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora (conforme definido abaixo) relativas ao 4º (quarto) trimestre do exercício fiscal de 2021, inclusive, em diante, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento das informações enviadas conforme item 7.1, alínea (a) abaixo;

II. “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário, líquido das operações de hedge (swap); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

III. “EBITDA ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, “Incentivo Fiscal de IR”, considerando que a Emissora opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao “Incentivo Fiscal de IR” contribui para a geração bruta de caixa da Emissora, já que não representa uma saída de caixa.

Conforme estabelecido em contrato as cláusulas restritivas serão apresentadas a partir do exercício de 2021.

As principais cláusulas não financeiras estão relacionadas a descumprimentos de obrigações não pecuniárias e de sentenças administrativas; qualquer ato por pessoa que descaracterize ou anule a escritura das debêntures; mudança adversa relevante; bloqueios judiciais e governamentais; não cumprimento da legislação socioambiental; infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo e crime contra o meio ambiente; qualquer não renovação ou cancelamento de licenças que prejudiquem a operação; não cumprimento às leis aplicadas sobre corrupção e atos lesivos contra a administração pública.

21 CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

POLÍTICA CONTÁBIL

Os certificados de recebíveis imobiliários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os certificados de recebíveis imobiliários são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos certificados de recebíveis imobiliários que são diretamente atribuíveis à aquisição, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos certificados de recebíveis imobiliários são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia autorizou a emissão de certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com pagamentos de 10 parcelas semestrais, sendo a última em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos estão sendo utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

Taxa de juros nominal	Emissor	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2020	2019
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	43.926	80.911
Custos do CRI		12/08/2021	(441)	(1.197)
Valor líquido CRI			43.485	79.714
Circulante			43.485	36.545
Não Circulante			-	43.169
			43.485	79.714
			Controladora e Consolidado	
			2020	2019
Saldo Inicial			79.714	109.096
Juros sobre CRI			2.433	6.109
Pagamento de juros			(2.947)	(6.293)
Amortização do principal			(35.715)	(29.198)
			43.485	79.714

22 ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

POLÍTICA CONTÁBIL

Substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

A controlada Lojas Riachuelo adotou o NBC TG 06 (R3) - IFRS 16 para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua Controladora Guararapes. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a controlada optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores.

A controlada utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

(i) Taxas Nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo;

(ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e

(iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

A Administração do Grupo entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 05 de fevereiro de 2020, não exigindo dessa forma, a aplicação requerida pelo NBC TG 26 – Apresentação da Demonstrações Contábeis itens 19 e 20.

I – CONTRATOS ENQUADRADOS NO IFRS 16/NBC TG 06 (R3)

Em 31 de dezembro de 2020, a Lojas Riachuelo possuía um total de 294 contratos (referente a 280 lojas, sede administrativa e centros logísticos) entre eles 38 firmados com a Controladora Guararapes. Em 31 de dezembro de 2019 possuía um total de 287 contratos (referente a 274 lojas, sede administrativa e centros logísticos) entre eles 39 firmados com a Controladora Guararapes. Esses foram enquadrados nas mudanças estabelecidas pelo IFRS 16/NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento.

Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Controlada se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo.

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

a) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO DE DIREITO DE USO:

	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/NBC TG 06 (R2)	938.966
Remensuração (*)	233.164
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.172.130
Depreciação acumulada	(204.374)
Adições	66.254
Remensuração (**)	(35.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	998.935
Depreciação acumulada	(206.894)
Adições	98.392
Remensuração (***)	47.492
Saldos em 31 de dezembro de 2020	937.925

(*) Remensuração realizada na implantação da norma, decorrente, substancialmente, das opções de renovação para algumas lojas que não estavam sendo consideradas anteriormente.

(**) Remensuração calculada no 4º trimestre baseada na orientação CVM por meio de Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, onde a Controlada ajustou o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS, além da taxa de desconto utilizada, onde passou a aplicar a taxa nominal. Não houve reapresentação de valores por se tratar de um ajuste dentro do exercício.

(***) Remensurações referentes a atualização de taxas contratuais.

b) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE ARRENDAMENTO:

	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	938.966
Remensuração (*)	233.164
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.172.130
Juros incorridos	88.962
Pagamentos	(252.771)
Adições	66.254
Remensuração (*)	(35.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.039.500
Juros incorridos	85.592
Pagamentos	(164.183)
Descontos obtidos em 2020	(102.153)
Adições	98.392
Remensuração (*)	47.492
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.004.640

(*) As remensurações do passivo de arrendamento foram as mesmas indicadas na movimentação do ativo de direito de uso.

	Consolidado	
	2020	2019
Circulante	270.620	259.964
Não circulante	734.020	779.536
	1.004.640	1.039.500

c) CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DO PASSIVO DE ARRENDAMENTO:

Vencimento	Consolidado
2021	212.793
2022	206.595
2023	181.826
2024	139.149
2025	116.397
Demais anos	147.880
	1.004.640

Conforme Deliberação CVM nº 859, de 7/7/2020 com as revisões no pronunciamento técnico nº 16/2020, alterando o NBC TG 6 (R2), a Companhia e sua controlada Lojas Riachuelo, aplicaram o expediente prático a todos os contratos que atenderam as condições do item 46B, optando por não avaliar os benefícios recebidos nos pagamentos dos contratos de aluguéis e relacionados diretamente à COVID-19 como uma modificação de contrato. Assim, a rubrica R\$ 92.082 referentes aos descontos obtidos no pagamento dos aluguéis de abril a dezembro, configura como redutora da despesa de aluguel, conforme nota 33.2. Já os descontos obtidos para os contratos de arrendamento em março de 2020, decorrentes dos efeitos da COVID-19, somaram-se R\$ 10.071 e foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, uma vez que o período já havia sido divulgado.

d) CRÉDITO DE PIS E COFINS:

A Controlada possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente no consolidado:

	Valor Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	1.333.086	1.004.640
PIS e COFINS potencial (9,25%)	123.310	92.929

e) **MISLEADING PROVOCADO PELA PLENA APLICAÇÃO DO NBC TG 06 (R3):**

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a controlada Lojas Riachuelo optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controlada considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados.

Desta forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento as áreas técnicas da CVM, conforme Ofício-Circular CVM SNC/SEP n. 02/2019, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	Taxa Média a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Direito de Uso			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 e Metodologia aplicada)	8,73%	937.925	998.935
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	8,73%	995.930	1.123.714
Passivo de Arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 e Metodologia aplicada)		1.004.640	1.039.500
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		1.131.199	1.195.501
Despesa Financeira			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 e Metodologia aplicada)		85.592	88.962
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		94.701	104.506
Despesa de Depreciação			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 e Metodologia aplicada)		206.894	204.374
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		222.967	225.731

II – CONTRATOS NÃO ENQUADRADOS NO IFRS 16/NBC TG 06 (R3)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a controlada Lojas Riachuelo possuía um total de 56 contratos de locação de lojas e administrativos com características de composição de valor variável pagos a terceiros, cujo montante permaneceu na despesa com aluguéis operacionais somando o total de R\$ 24.999 (R\$ 26.067 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, os compromissos relacionados com estes contratos de aluguel variável, com base na projeção de venda futura da controlada, estão indicados abaixo:

Vencimento	Consolidado
2021	36.199
2022	33.625
2023	28.570
2024	23.436
2025	17.300
Demais anos	43.818
	182.948

23 SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

POLÍTICA CONTÁBIL

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão de férias e encargos	12.391	22.761	114.682	123.604
Salários a pagar	49	53	275	267
FGTS a recolher	1.874	2.341	9.641	9.939
INSS a recolher	6.241	6.057	32.554	28.786
Contribuições a recolher	11	7	841	682
Participações nos lucros	-	2.600	-	99.813
Outros	503	238	17.199	8.866
	21.069	34.057	175.192	271.957

24 OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS	9.636	7.402	121.791	140.530
COFINS	4.737	6.237	33.690	45.582
PIS	1.023	1.203	7.060	9.201
Outros	744	-	18.429	13.720
	16.140	14.842	180.970	209.033

25 OBRIGAÇÕES COM ADMINISTRADORES DE CARTÕES

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 1.670.189 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.527.204 em 31 de dezembro de 2019) representa as contas a pagar com as administradoras de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "co-branded" em transações de compra de produtos no varejo em geral.

26 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

POLÍTICA CONTÁBIL

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor justo dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão por natureza				
Trabalhistas	8.039	9.598	38.787	36.729
Fiscais	819	4.340	140.829	141.973
Cíveis	-	-	18.785	15.390
	8.858	13.938	198.401	194.092
Depósito judicial				
Fiscais	(819)	(4.340)	(819)	(4.340)
	8.039	9.598	197.582	189.752

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora			
	Fiscal	Trabalhista	Depósito	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.220	11.091	(2.392)	10.919
Constituição (reversão)	-	(1.493)	-	(1.493)
Encargos	2.120	-	(1.948)	172
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.340	9.598	(4.340)	9.598
Constituição (reversão)	(3.541)	(1.559)	3.541	(1.559)
Encargos	20	-	(20)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	819	8.039	(819)	8.039

	Consolidado					
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	131.665	40.128	16.768	188.561	(2.392)	186.169
Constituição (reversão)	8.188	(3.399)	(1.378)	3.411	-	3.411
Encargos	2.120	-	-	2.120	(1.948)	172
Saldos em 31 de dezembro de 2019	141.973	36.729	15.390	194.092	(4.340)	189.752
Constituição (reversão)	(1.164)	2.154	3.395	4.385	3.541	7.926
Baixa	-	(96)	-	(96)	-	(96)
Encargos	20	-	-	20	(20)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	140.829	38.787	18.785	198.401	(819)	197.582

(c) PROCESSOS FISCAIS

(c.1) CONTROLADORA

(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados

A Companhia possui ações questionando a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo da contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão e o depósito judicial relacionado, totalizavam R\$ 819 (R\$ 4.340 em 31 de dezembro de 2019).

(c.1.2) Processos de natureza trabalhista

A Companhia mantém ainda provisão para perdas processuais (trabalhistas) no montante de R\$ 8.039 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 9.598 em 31 de dezembro de 2019).

Provisionado	Controladora		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INSS	819	(819)	-
Trabalhistas	8.039	-	8.039
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.858	(819)	8.039

Provisionado	Controladora		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	4.340	(4.340)	-
Trabalhistas	9.598	-	9.598
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.938	(4.340)	9.598

(c.1.3) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo como objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, nos períodos de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos perfazem o montante de respectivamente R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778. Os valores atualizados envolvidos nas discussões, até 31 de dezembro de 2020, perfazem o montante de respectivamente R\$ 240.898 (R\$ 303.002 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 63.447 (R\$ 59.451 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 56.570 (R\$ 132.187 em 31 de dezembro de 2019). Houve redução no valor reportado, em razão de êxito parcial reportado no 1º trimestre de 2020 em um dos processos, bem como de ajuste realizado em todos os casos quanto ao método de correção, adotando-se o valor atualizado constante no sítio eletrônico da RFB/PGFN. Os processos 16707.003570/2005-57 e 10469.724403/2014-16 já tiveram a fase administrativa encerrada e as respectivas discussões prosseguem judicialmente, com o oferecimento de apólices de seguro fiança como garantia.

A Administração do Grupo entende, conforme parecer de seus assessores legais, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída.

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controladora, amparada por decisão judicial transitada em julgado, vem apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS em suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão, conforme explicação na nota 13.

(c.1.4) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho não provisionado

- Processo 0000694-45.2017.5.21.0007

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia, na qual foi requerida indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 37.700 e a formação de vínculo empregatício direto entre a Guararapes e os empregados das oficinas de costura (empresas prestadoras de serviços). A Justiça do Trabalho, em decisão de 1ª instância, indeferiu a indenização pretendida, bem como a referida formação de vínculo empregatício, declarando apenas a responsabilidade subsidiária da Guararapes por eventuais inadimplementos de verbas trabalhistas devidas pelas oficinas de costura aos seus empregados. Houve recurso das partes pendente de julgamento junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. O departamento jurídico da Companhia e seus assessores legais classificam o risco como remoto, não tendo sido constituída nenhuma provisão.

(c.2) CONSOLIDADO

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

- PIS e COFINS – Créditos sobre venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. obteve o deferimento de medida liminar em 2016, reestabelecendo o benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Em maio de 2017, houve acórdão pelo TRF que julgou improcedente a ação, revogando a liminar, cujos valores passaram a ser apurados e depositados mensalmente em juízo até dezembro de 2018, quando se encerrou o prazo do benefício. Em 31 de dezembro de 2020, o total provisionado perfaz o montante de R\$ 115.815 (R\$ 113.071 em 31 de dezembro de 2019).

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

(i) Provisões de natureza trabalhista e cível por empresa

Provisão de natureza trabalhista e cível	Consolidado	
	2020	2019
Midway Financeira	26.408	23.616
Lojas Riachuelo	23.015	18.699
Transportadora Casa Verde	110	206
Guararapes Confeccões	8.039	9.598
	57.572	52.119

(ii) Provisões de natureza trabalhista, cível e fiscal

Provisionado	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	819	(819)	-
PIS/COFINS - Lei do Bem	115.722	-	115.722
PIS/COFINS - Créditos	24.288	-	24.288
Processos de natureza trabalhista e cível	57.572	-	57.572
Saldos em 31 de dezembro de 2020	198.401	(819)	197.582

Provisionado	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	4.340	(4.340)	-
PIS/COFINS - Lei do Bem	113.071	-	113.071
PIS/COFINS - Créditos	24.562	-	24.562
Processos de natureza trabalhista e cível	52.119	-	52.119
Saldos em 31 de dezembro de 2019	194.092	(4.340)	189.752

(c.2.3) Processos de natureza fiscal não provisionados

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui em 31 de dezembro de 2020, processos tributários que perfazem o montante de R\$ 545.863 (R\$ 418.996 em 31 de dezembro de 2019), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, portanto não provisionados, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS. Os principais temas abordados nos processos estão descritos a seguir:

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controlada Lojas Riachuelo S.A., amparada por nova decisão judicial colegiada, que reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS destacado na base de cálculo do PIS e da COFINS, vem apurando e recolhendo mensalmente essas contribuições nos moldes da referida decisão e sem a constituição de provisão, conforme explicação na nota 13.

- PIS "Semestralidade"

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações relativas a compensações realizadas com base em decisões judiciais favoráveis já transitadas em julgado versando sobre a constitucionalidade dos Decretos – Lei 2445/88 e 2449/88. Com o encerramento da discussão de mérito de um dos processos, remanesce na esfera administrativa o valor de R\$ 7.616 (R\$ 7.137 em 31 de dezembro de 2019), já incluído juros e multa de mora.

- PIS/COFINS – Não Cumulatividade

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de autos de infração, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora perfaz o montante de R\$ 175.537 (R\$ 166.499 em 31 de dezembro de 2019), conforme extrato disponibilizado no sítio eletrônico da RFB. No decorrer desse trimestre, a Controlada Lojas Riachuelo S.A foi intimada da lavratura de auto de infração relacionada ao mesmo tema no valor de R\$ 119.278.

- **PIS/COFINS/II**

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. sofreu autuações em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e do Imposto de Importação (II) nas operações de importações de mercadorias, cujos valores exigidos com a aplicação de juros e multa de mora perfazem o montante de R\$ 8.187 (R\$ 39.264 em 31 de dezembro de 2019), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da RFB. Houve redução do valor reportado, em razão de êxito obtido em primeira instância em um dos processos. Atualmente, a discussão encontra-se suspensa, aguardando julgamento do recurso de ofício apresentado pela Fazenda e, relativamente ao outro caso, aguarda-se julgamento da impugnação.

- **Contribuições Previdenciárias**

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuação em virtude de suposta divergência no pagamento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o programa de Participação nos Lucros e Resultados- PLR. O valor envolvido com a aplicação de juros e multa de mora perfaz o montante de R\$ 14.027 (R\$ 13.774 em 31 de dezembro de 2019), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da RFB. Com o encerramento da discussão na esfera administrativa, a Controlada Lojas Riachuelo S.A. ingressou com medida judicial, que se encontra pendente de julgamento.

- **ICMS – Base de Cálculo**

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. sofreu autuações por parte da Fazenda do Estado da Bahia em decorrência de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais. Os processos estão em discussão nas esferas judicial e administrativa e os valores envolvidos com a aplicação de juros e multa de mora perfazem o montante de, respectivamente, R\$ 12.453 e R\$ 8.283 (R\$ 10.555 e R\$ 4.336 em 31 de dezembro de 2019). Há ainda processos judiciais relativos a essa mesma operação envolvendo supostas divergências de estoque que perfazem o montante de R\$ 8.102 (R\$ 7.591 em 31 de dezembro de 2019).

- **ICMS – Diversos**

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações por parte dos Fiscos Estaduais envolvendo seus diversos estabelecimentos relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoques, creditamento indevido e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O valor envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, englobando novas autuações perfaz o montante de R\$ 97.865 (R\$ 73.838 em 31 de dezembro de 2019).

- **ICMS – Importação**

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui discussão judicial relativa ao creditamento de ICMS em operação de importação, devidamente garantida por seguro garantia, atualmente aguardando julgamento. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora perfaz o montante de R\$ 38.995 (R\$ 38.661 em 31 de dezembro de 2019), conforme extrato obtido no sítio eletrônico da PGE/SP.

- **Tributos Federais**

A Controlada indireta Midway S/A – Crédito, Financiamento e Investimento possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa referentes a pedidos de compensação de tributos federais pendentes de homologação. O valor envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, englobando novos casos perfaz o montante de R\$ 28.821 (R\$ 12.523 em 31 de dezembro de 2019).

(d) **DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	72	72	626	626
PIS/COFINS - MP do bem	-	-	115.816	113.110
Cível/Trabalhista	4.064	4.644	11.526	12.987
Outros Depósitos	-	-	6.194	6.179
	4.136	4.716	139.758	138.498

(*) ICMS - Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra a Controlada Lojas Riachuelo S.A. que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0, visando à cobrança do valor de R\$ 5.596 a título de ICMS decorrente de divergências de estoque.

Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	124.549	248.436
Depósitos	1.027	23.103
Baixa de depósito	(128.665)	(140.846)
Atualização monetária	7.805	7.805
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.716	138.498
Depósitos	521	7.933
Baixa de depósito	(1.101)	(6.673)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.136	139.758

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

POLÍTICA CONTÁBIL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (15% para a Midway Financeira a partir de 01 de janeiro de 2019).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízos fiscais	352.625	348.506	1.489.082	824.983
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.616	1.267	652.873	748.613
Provisão para riscos tributários	4.093	-	144.908	138.403
Provisão para contingências - Trabalhistas e cíveis	8.858	13.938	63.256	86.948
Provisão para perdas estimadas em estoque	2.797	-	47.714	36.913
Provisão para participação dos funcionários no resultado	-	2.600	-	89.648
Provisão para plano de opção de ações	855	-	20.888	-
Lei 12.973/14 - Implantação do saldo inicial	(45.449)	(42.907)	(135.470)	(98.931)
Lei 11.196/05 - Lei do bem	-	-	(14.026)	-
Lucro nos Estoques	-	-	19.795	-
Ajuste IFRS 16	-	-	69.188	43.018
Revisão vida útil - CPC 27	-	-	(34.590)	(46.409)
Revisão mais valia - CPC 27	(176.878)	(201.609)	(176.878)	(201.609)
Outras diferenças temporárias	3.343	8.732	13.087	9.476
Base de cálculo	151.860	130.527	2.159.827	1.631.053
Cálculo do IRPJ Diferido				
Base de Cálculo de Provisões Temporais e Exigibilidades Suspensas	21.562	-	41.357	-
Alíquota efetiva IRPJ (*)	6,25%	-	6,25%	-
IRPJ Diferido - Alíquota diferenciada	1.347	-	2.585	-
Demais bases de Cálculo	130.298	130.527	2.118.470	1.631.053
Alíquota efetiva IRPJ	25%	25%	25%	25%
IRPJ Diferido - Alíquota padrão	32.575	32.632	529.618	407.763
Cálculo do CSLL Diferida				
Base de cálculo CSLL	151.860	130.527	2.159.827	1.631.053
Lei 11.196/05 - Lei do bem (**)	-	-	14.026	-
Base de cálculo da CSLL ajustada	151.860	130.527	2.173.853	1.631.053
Alíquota efetiva CSLL	9%	9%	9%	9%
CSLL Diferido	13.667	11.747	195.647	146.795
Complemento CSLL diferido (***)	-	-	49.689	48.088
Total do IRPJ e CSLL - Diferido	47.589	44.379	777.538	602.646
Ativo não circulante	47.589	44.379	777.538	602.646
Líquido	47.589	44.379	777.538	602.646

(*) Alíquota efetiva IR sobre as provisões temporais e exigibilidades suspensas.

(**) Excluído da base de cálculo da CSLL da controlada indireta Midway Financeira, conforme artigo 17 da Lei 11.196/05.

(***) O complemento da CSLL é decorrente da diferença de alíquota na consolidação dos saldos da controlada indireta Midway Financeira, a qual possui alíquota de 15% em consonância com a lei 13.169/15.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	(a)	119.893	118.492	514.894	280.494
Provisão para perdas de créditos esperadas		549	431	261.052	299.369
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis		3.012	4.739	49.405	50.538
Diferenças temporais - Provisão		2.667	7.424	42.967	74.732
Lucro nos Estoques		-	-	3.019	-
	(b)	126.121	131.086	871.337	705.133

(a) O valor do imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal de R\$ 514.894 registrado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 280.494 em 31 de dezembro de 2019), é composto por: R\$ 337.582 (R\$ 161.906 em 31 de dezembro de 2019) da Controlada Lojas Riachuelo S.A.; R\$ 48 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2019) da Transportadora Casa Verde; R\$ 57.371 da Controlada Midway Financeira S.A. e R\$ 119.893 (R\$ 118.492 em 31 de dezembro de 2019) da Companhia.

O valor total do imposto de renda e contribuição social diferido ativo de R\$ 871.337 registrado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 705.133 em 31 de dezembro de 2019), é composto por: R\$ 410.854 (R\$ 253.233 em 31 de dezembro de 2019) é da Lojas Riachuelo; R\$ 331.257 (R\$ 320.589 em 31 de dezembro de 2019) é da Midway Financeira; R\$ 85 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2019) é da Transportadora Casa Verde, R\$ 126.122 (R\$ 131.086 em 31 de dezembro de 2019) é da Companhia e R\$ 3.019 é referente ao IR sobre o Lucro nos estoques.

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal.

A Companhia e suas controladas Lojas Riachuelo e Midway Financeira, possuem impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais cuja expectativa de realização é atualizada anualmente, conforme previsto na NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro. Entretanto, em decorrência da queda de receita ocasionada pela restrição do funcionamento das lojas por conta da pandemia da COVID-19, a Administração analisou trimestralmente os resultados, cuja expectativa de realização em 31 de dezembro de 2020 é de 7 anos na Controladora e consolidado.

Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a provisão para perdas de créditos esperadas e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que suas oscilações ocorrem mensalmente. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis sua realização é certa, mas depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs				
Custo Atribuído	60.138	68.547	60.139	68.547
Diferença de taxas de depreciação	18.394	18.160	33.660	33.940
	78.532	86.707	93.799	102.487
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs				
Custo Atribuído	176.876	201.609	176.879	201.609
Diferença de taxas de depreciação	54.100	53.412	99.000	99.824
Base de cálculo	230.976	255.021	275.879	301.433
IR diferido à alíquota de 25%	57.744	63.755	68.970	75.358
CSLL diferida à alíquota de 9%	20.788	22.952	24.829	27.129
	78.532	86.707	93.799	102.487

DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.364)	560.457
Alíquota nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	10.324	(190.555)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(98.394)	92.956
Incentivos fiscais - IR	-	-
Incentivos fiscais - ICMS	23.470	29.423
Juros sobre capital próprio	68.875	101.034
Despesas Indedutíveis	(3.298)	(6.181)
	(9.347)	217.232
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de créditos esperadas	(118)	571
Tributos com exigibilidades suspensas	319	(1.367)
Provisões Diversas	223	257
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	7.544	3.246
Créditos fiscais diferidos sobre as provisões da adoção dos CPCs	(5.735)	2.810
	2.233	5.517
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	3.210	32.194
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Diferido	3.210	32.194
	3.210	32.194
Alíquota Efetiva (*)	-10,57%	5,74%
Provisão de IRRF Assalariado, Diversos e IRPJ e CSLL Estimativas	17.719	12.165
IRRF s/JCP	28.301	40.973
Pagamentos IRRF s/JCP	(28.301)	(8.255)
Pagamentos IRRF s/JCP exercício anterior	(32.718)	-
Pagamentos antecipados	(17.785)	(12.151)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	33.318	586
Imposto de renda e contribuição social a recolher	534	33.318

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(200.579)	712.364
Alíquota nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	68.197	(242.204)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Diferença de alíquota nominal aplicada nas controladas	14.027	(26.426)
Incentivos fiscais - IR	-	(343)
Incentivos fiscais - ICMS	23.470	29.423
Juros sobre capital próprio	68.875	101.034
Despesas Indedutíveis	(12.732)	(5.001)
Lucros nos estoques	205	1.597
	93.845	100.284
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de créditos esperadas	39.397	(63.138)
IR e CSLL sobre tributos com exigibilidades suspensas	307	636
Provisões diversas	18.736	(19.553)
Recuperação de IRPJ de anos anteriores	4.622	5.285
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	(61.894)	93.495
Créditos fiscais diferidos sobre as provisões da adoção dos CPCs	10.215	5.482
	11.383	22.207
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	173.425	(119.713)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	4.622	5.285
Corrente	(10.371)	(263.366)
Diferido	179.174	138.368
	173.425	(119.713)
Alíquota Efetiva (*)	-86,46%	-16,81%
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	5.749	263.366
Provisão de IRRF Assalariado, Diversos e IRPJ e CSLL Estimativas	17.719	12.165
IRRF s/JCP	28.301	40.973
Pagamentos IRRF s/JCP	(28.301)	(8.255)
Pagamentos IRRF s/JCP exercício anterior	(32.718)	-
Pagamentos antecipados	(142.370)	(539.354)
Compensação IRPJ e CSLL	-	(130.359)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	154.072	515.536
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.452	154.072

28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

POLÍTICA CONTÁBIL

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

28.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, está representado por 499.200.000 ações nominativas escriturais sendo totalmente integralizadas em ações ordinárias, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 29 de abril de 2020.

Composição com destaque dos principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Acionista	Escritural Ordinária	%
LISIANE GURGEL ROCHA	139.264.056	27,90
ELVIO GURGEL ROCHA	137.310.416	27,50
FLAVIO GURGEL ROCHA	136.510.408	27,35
OUTROS	86.115.120	17,25
	499.200.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- Ações em tesouraria

A Companhia em 05 de fevereiro de 2019, desembolsou R\$ 20 na aquisição de 320 ações preferencias no valor unitário de R\$ 63,64.

28.2 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2020, o creditamento aos seus acionistas de juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 202.574 no exercício de 2020, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), cujo o pagamento será deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

	2020	2019
Patrimônio líquido do exercício anterior	5.224.591	4.929.147
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(116.739)	(138.102)
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo do JCP	5.107.852	4.791.045
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	3,97%	6,20%
Juros sobre capital próprio bruto	202.574	297.160
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(28.301)	(40.974)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	174.273	256.186
Juros sobre capital próprio bruto por ação		
Ações ordinárias - ON	0,4058	0,5953

Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, apresentamos os cálculos dos juros sobre o capital próprio creditados nos respectivos exercícios.

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2020 e 2019:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(27.154)	592.651
Incentivo fiscal do ICMS	-	(86.538)
Constituição de reserva legal	-	(25.306)
Base de cálculo do dividendo	(27.154)	480.807
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,0%	25,0%
Dividendo total proposto	-	120.200
	Quantidade de ações	2019
Total de dividendos por tipo de ação:		
Ordinária	499.200.000	120.200
Dividendos por ação		
Ações ordinárias - ON		0,2400

Comparação dos juros sobre capital próprio com a apuração dos dividendos:

	2020	2019
Dividendos apurados	-	120.200
Juros sobre capital próprio creditado	(202.574)	(297.160)
Dividendos complementar obrigatório	-	-

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	257.737	222.124
Juros sobre capital próprio - provisão	202.574	297.160
Pagamento de IRRF	-	(8.255)
IRRF - provisão	(28.301)	(32.718)
Pagamentos de juros sobre capital próprio	(255.255)	(219.707)
Prescrição de juros sobre capital próprio	-	(867)
	176.755	257.737

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	358	20.944
Pagamento de Dividendos	-	(20.586)
	358	358

Em conformidade com o Art. 4º-A da Lei nº 6.404/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

Em decorrência do prejuízo do exercício houve uma redução na reserva para investimento em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 202.742. Em 31 de dezembro de 2019, foi transferido para reserva de investimentos R\$ 188.095 e está destinado para a modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2020.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(27.154)	592.651
Incentivo fiscal do ICMS	-	(86.538)
Constituição de reserva legal	-	(25.306)
Ajuste IFRS16 de controlada "efeito COVID-19"	10.071	-
Juros sobre capital próprio	(202.574)	(297.160)
Realização de reserva do ajuste avaliação patrimonial líquido	16.915	4.448
Saldo remanescente do lucro líquido do exercício	(202.742)	188.095

28.3 RESERVAS DE LUCROS

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia, assim em 31 de dezembro de 2020 não foi constituída reserva legal devido ao prejuízo do exercício (R\$ 225.313 de saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de investimentos

Constituída após o lucro, as apropriações da reserva legal, reserva de incentivos fiscais (SUDENE, PROADI/PROEDI e PROVIN), atribuição dos juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios distribuídos aos acionistas são transferidos para a conta de reserva de investimentos, de acordo com o orçamento de capital da Companhia, sempre aprovado em Assembleia Geral no ano seguinte. Houve uma reversão dessa reserva no exercício de 2020 devido ao prejuízo apurado, fechando o saldo em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 1.230.582 (R\$ 1.433.324 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de incentivos fiscais

IMPOSTO DE RENDA

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril. O benefício foi prorrogado até o ano-base de 2026 conforme os laudos Constitutivos nº 1127/2017 e nº 1128/2017 emitidos pela SUDENE.

O incentivo fiscal do Imposto de renda deve ser contabilizado diretamente na conta de imposto de renda no resultado, que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram apurados em razão da Companhia apresentar prejuízo fiscal.

A Administração da Companhia destina este incentivo quando apurado, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA E SERVIÇOS - ICMS

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês. Para operacionalização do financiamento, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará.

A Companhia era beneficiada pelo incentivo no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI até 31 de julho de 2019, sendo substituído a partir de 01 de agosto de 2019 pelo Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROEDI criado pelo Decreto nº 29.030/2019 e assegurado pela lei estadual nº 10.640 de 26 de dezembro de 2019, sob a forma de crédito presumido equivalente de 75% a 80% do valor do ICMS a recolher. A aprovação da concessão do benefício está autorizada no Parecer nº 337/2019 emitido pela Secretaria da Tributação do Estado do Rio Grande do Norte.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 69.030 (R\$ 86.538 em 31 de dezembro de 2019). Os valores de 2020 não foram constituídos na reserva de incentivos fiscais em decorrência do prejuízo contábil, e serão integralizados na medida em que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

28.4 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

CUSTO ATRIBUÍDO DO IMOBILIZADO

Conforme previsto no NBC TG 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica NBC TG 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial das NBCs (1ª de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

28.5 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 4.3.

28.6 PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

POLÍTICA CONTÁBIL

Após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária em dezembro de 2019, a Companhia adotou, como forma de remuneração de seus principais executivos e de suas controladas direta e indireta, um Plano de Opção de Compra de Ações, dando a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia.

De acordo com o plano aprovado em Assembleia, a Companhia optou pela transação de pagamentos baseados em ações liquidadas pela entrega de Instrumentos Patrimoniais, cujo valor justo desses instrumentos foram calculados pelo modelo de precificação *Black&Scholes*, onde a Companhia e suas controladas passam a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as datas de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações.

a) CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DO PLANO

Como características mais relevantes do Plano, pode-se destacar: (i) a outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas; (ii) a gestão do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração; (iii) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i); (iv) as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos contratos; (v) se até a data limite o executivo não apresentar o Termo de Exercício de Opção, as opções não exercidas serão automaticamente extintas e sem direito a indenização; (vi) o preço das ações será equivalente à média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 40 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e/ou acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, podendo o Conselho de Administração optar por aplicar um desconto de até 10% sobre a referida média a título de estímulo à aquisição das ações; (vii) em casos de término de contrato de trabalho as ações cujas opções ainda não foram exercidas caducarão sem indenização.

b) OUTORGAS

A primeira outorga exercida pela Companhia e seus beneficiários teve seu início em 1º de janeiro de 2020, cujas opções foram divididas em 3 lotes, cada um deles sujeitos a um prazo de carência.

O preço de exercício para cada opção é de R\$ 20,00, valor esse correspondente à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Companhia nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no período de 23/10/2019 a 19/12/2019, acrescida de um desconto de 1,52% concedido pelo Conselho de Administração conforme limite previsto no Plano.

No quadro abaixo apresentamos a posição das outorgas em andamento:

Outorga	Data Início Opção	Data Fim Opção	Opções Aprovadas	Valor Justo (*)	Valor na Opção de Compra
01/01/2020	01/04/2021	31/12/2025	16.275	6,74	20,00

(*) Valor justo considerando a média para os três diferentes períodos outorgados.

c) MOVIMENTAÇÃO

	Quantidade de ações (em milhares)
Opções Concedidas	16.275
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.275

A despesa com plano de opção de compra de ações totalizou, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 855 na Controladora e R\$ 23.900 no Consolidado.

29 PARTES RELACIONADAS

(i) Saldos

ATIVO CIRCULANTE

Controladas		Controladora			
		Títulos e valores mobiliários		Duplicatas	
		2020	2019	2020	2019
Lojas Riachuelo - Duplicatas (nota 11)	(a)	-	-	439.032	418.235
Midway Financeira (nota 10)	(e)	725.138	663.740	-	-
		725.138	663.740	439.032	418.235

Controladas		Controladora	
		Contas a receber	
		2020	2019
Lojas Riachuelo			
- Aluguel e outros	(b)	1.419	1.488
- Distribuição de dividendos	(d)	354.274	354.274
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	28.977	17.393
Midway Financeira S.A.		1	-
Transportadora Casa Verde Ltda.	(d)	1.423	1.184
		386.094	374.339

Distribuição dos Lucros das Controladas	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping LTDA.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Total
31 de dezembro de 2018	303.774	16.507	-	320.281
Lucros Distribuídos	50.500	51.199	1.184	102.883
Recebimento ano anterior	-	(16.507)	-	(16.507)
Recebimento antecipado	-	(33.806)	-	(33.806)
Total recebimentos	-	(50.313)	-	(50.313)
31 de dezembro de 2019	354.274	17.393	1.184	372.851
Lucros Distribuídos	-	28.977	239	29.216
Recebimento ano anterior	-	(17.393)	-	(17.393)
Total recebimentos	-	(17.393)	-	(17.393)
31 de dezembro de 2020	354.274	28.977	1.423	384.674

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Plano de opções de compra de ações Controladas	Controladora	
	Contas a receber	
	2020	
Lojas Riachuelo S.A.	17.850	
Midway Financeira S.A.	4.866	
Midway Shopping Center Ltda.	329	
	23.045	

PASSIVO CIRCULANTE

Controladas	Controladora	
	Contas a pagar	
	2020	2019
Transportadora Casa Verde LTDA. - Frete *	3.495	2.827
	3.495	2.827

* Valor incluído na rubrica "outros passivos circulantes".

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

		Controladora e Consolidado
		2019
Mútuo - Acionista		
Nevaldo Rocha	(c)	638
		638

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

		Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Saldo inicial		638	582
Captação		-	4.594
Amortização	(c)	(652)	(4.606)
Juros		14	68
		-	638

(ii) Transações

		Controladora	
		Receita	
		2020	2019
Controladas			
Lojas Riachuelo - Vendas	(a)	1.072.961	1.469.605
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros	(b)	52.768	53.552
Midway Financeira S.A.	(f)	16.318	27.842
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel	(b)	19	35
		1.142.066	1.551.034

Segue abaixo o detalhamento da natureza do saldo e das transações dos quadros acima:

(a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 90 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.

(b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais foram definidos valores fixos em contrato para os aluguéis de 38 imóveis destinados à operação de CRI em 2016, cujos valores são atualizados anualmente pelo IPCA. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.

(c) O contrato de empréstimo entre a Companhia e seus acionistas majoritários com a remuneração 99% do CDI foi liquidado no terceiro trimestre de 2020.

(d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da respectiva Controlada, à Controladora.

(e) Referem-se aos títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada indireta Midway Financeira.

(f) Referem-se aos juros sobre os títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada indireta Midway Financeira.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembleia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da Administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está apresentada abaixo:

Remuneração	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Do Conselho de Administração	3.003	3.003	3.003	3.003
Da Diretoria	576	1.248	10.933	12.283
Do Conselho Fiscal	375	416	375	416
	3.954	4.667	14.311	15.702

30 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

POLÍTICA CONTÁBIL

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

As contribuições para o plano de previdência são realizadas no Bradesco Vida e Previdência de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

A partir de maio de 2017, os planos de previdência complementar que eram administrados pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. desde dezembro de 2011, passaram para a gestão da Bradesco Vida e Previdência, sem nenhum ônus aos seus colaboradores. Este benefício tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes e aos seus beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contribuição da Companhia (*)	339	585	5.423	7.671
Contribuições dos funcionários	447	586	9.559	10.140
	786	1.171	14.982	17.811

(*) Como medida de preservação do caixa, devido à pandemia do COVID-19, a Companhia e suas controladas suspenderam a previdência privada patronal, no período de abril a junho/2020.

31 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

POLÍTICA CONTÁBIL

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo, atendendo a NBC TG 47 (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- Nas operações do e-commerce da Controlada Lojas Riachuelo o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, cujo percentual em 2020 foi de 2,21%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

A reconciliação entre as vendas operacionais brutas e a receitas operacionais líquidas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta				
Vendas no atacado	1.076.838	1.474.780	3.842	5.175
Vendas no varejo	-	-	6.106.267	7.524.411
Operações de crédito	-	-	1.978.207	2.492.278
Locação de lojas	-	-	46.338	75.120
Serviços de transportes	-	-	61	14
Outros	-	-	11.514	-
	1.076.838	1.474.780	8.146.229	10.096.998
Deduções da receita operacional bruta				
ICMS	(80.591)	(199.602)	(899.549)	(1.203.856)
ICMS – Incentivo fiscal	-	86.538	-	86.538
IPI	(9.741)	(12.661)	-	-
COFINS	(67.198)	(92.209)	(422.045)	(526.434)
PIS	(14.588)	(20.019)	(87.382)	(108.806)
INSS	(24.025)	(32.698)	-	-
ISS	-	-	(18.488)	(20.745)
Devoluções de vendas	(3.963)	(11.991)	(351.008)	(341.006)
Outros	-	-	(122.385)	(174.645)
	(200.106)	(282.642)	(1.900.857)	(2.288.954)
Receita	876.732	1.192.138	6.245.372	7.808.044

32 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

32.1 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados				
Mercadoria para revenda	(55.555)	(80.990)	(2.197.732)	(2.640.126)
Matéria-prima	(330.038)	(447.020)	-	-
Pessoal	(204.520)	(286.580)	-	-
Depreciação e amortização	(23.144)	(20.487)	-	-
Custo das operações financeiras	-	-	(821.815)	(217.575)
Custo de Ociosidade (*)	(49.101)	-	(49.101)	-
Outros custos (**)	(35.181)	(122.697)	(16.010)	(23.202)
	(697.539)	(957.774)	(3.084.658)	(2.880.903)

(*) A COVID-19 provocou a paralisação das fábricas da Companhia, gerando um custo de ociosidade acumulado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 49.101, refletido no grupo de custo, porém não alocado ao custo dos produtos, conforme NBC TG 16 - Estoques.

(**) Outros custos na Controladora referem-se a operações de serviços prestados pelas oficinas de costura e energia elétrica.

32.2 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(1.077)	(1.491)	(925.402)	(1.079.509)
Serviços de terceiros	(8.170)	(10.635)	(275.033)	(248.761)
Serviços públicos	(28)	(25)	(115.369)	(144.975)
Despesa com aluguéis e condomínio	-	-	(40.149)	(21.382)
Provisão para perdas de crédito esperadas (*)	(348)	(149)	(251.785)	(1.012.908)
Depreciação e amortização	(76)	(13)	(198.657)	(203.866)
Depreciação sobre direito de uso	-	-	(206.894)	(204.374)
Materiais	(163)	(12.981)	(46.979)	(35.613)
Impostos e taxas diversas	(41)	(11.820)	(46.803)	(33.968)
Outras despesas (**)	(158)	(396)	(218.430)	(474.588)
	(9.857)	(12.709)	(2.231.719)	(3.390.363)

(*) Reversão no 3º trimestre de 2020 de provisão para perda de crédito esperada em decorrência da redução da carteira de clientes, principalmente dos valores vencidos entre as faixas B a F, em razão da melhor qualidade de crédito e às ações de cobrança na controlada Midway Financeira, o que justifica a queda da despesa se comparado com o mesmo valor do período de 2019.

(**) Contém o montante de R\$92.082 referente aos descontos obtidos pontualmente no pagamento dos aluguéis enquadrados como arrendamento mercantil, lançados no resultado, devido ao cenário de pandemia, conforme pronunciamento técnico nº 16/2020, alterando o NBC TG 6 (R3).

32.3 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(21.203)	(28.159)	(399.666)	(412.040)
Serviços de terceiros	(4.779)	(5.291)	(350.306)	(250.861)
Serviços públicos	(895)	(987)	(6.579)	(5.400)
Depreciação e amortização	(3.290)	(3.298)	(89.986)	(69.323)
Impostos e taxas diversas	(5.139)	(6.287)	(27.202)	(33.764)
Tarifas bancárias	-	-	(28.104)	(26.843)
Outras despesas	(11.506)	(15.790)	(109.072)	(109.975)
	(46.812)	(59.812)	(1.010.915)	(908.206)

Atendendo ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/n. 01/2021, no que diz respeito aos créditos fiscais de PIS e da COFINS reconhecidos em suas demonstrações contábeis, a Companhia e sua controladora Lojas Riachuelo, embasadas nos pareceres de seus assessores jurídicos, que foram elaborados levando em conta os critérios da essencialidade ou da relevância da despesa para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte definidos pelo STJ (RESP 1.221.170/PR), informa que reconhece apenas créditos fiscais apurados nos moldes acima delimitados, o que, portanto, permite-lhe manifestar validamente seu direito, bem como proceder à mensuração confiável do respectivo valor. Considerando, ainda, que a probabilidade de saída de recursos em virtude da apropriação de tais créditos é possível ou remota, não houve constituição de nenhuma provisão, nos termos do CPC 25/IAS 37.

33 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aluguéis	53.076	53.853	281	266
Recuperação de tributos	4.184	88.036	15.957	127.566
Depreciação e amortização	(4.095)	(6.048)	(4.095)	(6.048)
Juros e multas sobre provisão de riscos	-	-	(3.280)	(2.456)
Ganho (perda) alienação de imobilizado (*)	133.032	239	133.032	239
Outros	(18.774)	(9.973)	16.701	75.106
	167.423	126.107	158.596	194.673

(*) O crescimento do saldo de ganho na alienação do imobilizado refere-se ao reconhecimento da venda do antigo Centro de Distribuição da controlada Lojas Riachuelo, no valor de R\$ 166.000, classificado como disponível para venda no final de 2019.

34 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

POLÍTICA CONTÁBIL

A receita financeira e a despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e	16.832	27.978	56.152	61.306
Juros ativos	97	107	295	650
Descontos obtidos	155	240	593	6.761
Variação monetária ativa	951	1.571	-	-
Outras receitas financeiras	15.725	71.614	53.159	125.693
	33.760	101.510	110.199	194.410
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamento	(58.469)	(93.307)	(121.523)	(122.823)
Juros passivos	(103)	(3.785)	(43.008)	(65.259)
Tarifas bancárias	-	-	(10.495)	(5.199)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(85.592)	(88.962)
Outras despesas financeiras	(1.948)	(644)	(18.743)	(7.346)
	(60.520)	(97.736)	(279.361)	(289.589)
Resultado financeiro líquido	(26.760)	3.774	(169.162)	(95.179)

35 LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

(a) Básico/diluído

O lucro (prejuízo) básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro (prejuízo) líquido do exercício aos acionistas	(27.154)	592.651
Denominador básico/diluído		
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas portadores de ações - ON	(27.154)	592.651
Ações disponíveis - mil	499.200	499.200
Lucro (prejuízo) líquido básico/diluído por ação ON - R\$	-0,05440	1,18720

Não houve efeito diluidor para 31 de dezembro de 2020, uma vez que o cálculo do resultado diluído apresentaria redução no prejuízo por ação.

36 ARRENDAMENTO OPERACIONAL – LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Midway Shopping possuía 284 (287 em 31 de dezembro de 2019) contratos de locação, sendo 283 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis ("ABL") do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, as receitas de aluguéis líquidas, totalizaram R\$ 47.101 (R\$ 75.860 em 31 de dezembro de 2019) no Midway Shopping e R\$ 44.497 (R\$ 72.691 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping, oriundos destes contratos, considerando os efeitos do fechamento do Midway Shopping ocasionados pela COVID-19, a valores de 31 de dezembro de 2020, totalizam um montante mínimo de R\$ 660.992 sendo:

Vencimento	Valor nominal
2021	70.719
2022	76.518
2023	78.967
2024	81.493
Demais vencimentos até 2028	353.295
	660.992

A controlada Midway Shopping é arrendadora dos contratos de locação. Portanto, não se enquadram ao IFRS 16.

37 COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo S.A. é locatária em 48 (49 em 31 de dezembro de 2019) contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, os quais foram definidos com base em valores fixos em contrato para os aluguéis de 38 (39 em 31 de dezembro de 2019) imóveis destinados à operação de CRI realizada em 2016. Os contratos de aluguel para os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados pela Administração, *Call Center* e Centro Logístico são cobrados aluguéis fixos. Os valores negociados estão de acordo com as taxas de mercado.

(b) Com terceiros

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo possuem compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados nas demonstrações financeiras trimestrais de 31 de dezembro de 2020, como segue:

	<u>Valor</u>
Controladora	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	334.344
Controlada - Lojas Riachuelo S.A.	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	134.199
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	181.142
Controlada - Midway Financeira	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por Seguradoras como garantia em processos judiciais e financiamentos	1.371
	<u>651.056</u>

38 COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais do grupo e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por "backup";
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios;
- (e) Em aproximadamente 70 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas locadas em imóveis de terceiros, são mantidas seguros contra incêndio, levando em consideração os aspectos dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Para o Midway Shopping, o Grupo possui cobertura específica de acordo com a característica da operação.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, não auditados:

Bens segurados	Riscos cobertos	Empresa	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	Lojas Riachuelo	569.397
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	Lojas Riachuelo	340.904
Filiais	Básica Incêndio (queda de raio, explosão, implosão e queda de aeronaves)	Lojas Riachuelo	43.992
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	Lojas Riachuelo	100% Segurado
Frota	Responsabilidade civil por danos materiais, corporaris e morais contra terceiros	Lojas Riachuelo	1.000
Responsabilidade Civil Geral	Produtos comercializados, operações, empregador e danos morais	Lojas Riachuelo	20.000
Patrimonial	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/tumultos/lucros cessantes	Midway Shopping	200.000
Mercadorias	Transporte Nacional	Guararapes Confeções	100% Segurado
D&O	Responsabilidade civil administradores	Guararapes Confeções	150.000

39 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 9. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve movimentações patrimoniais que afetassem os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.

40 EVENTO SUBSEQUENTE

Alteração de Alíquota de Contribuição Social na Midway Financeira

A Medida Provisória 1.034 de 1º de março de 2021 altera de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social para as instituições financeiras, passando a vigorar a partir do primeiro dia do quarto mês da sua publicação (Julho de 2021) e voltando a alíquota de 15% em 1º de janeiro de 2022.

A Administração avaliou os impactos e verificou que, pelo fato da majoração ser apenas no período do 2º semestre de 2021 o ganho tributário sobre a Contribuição Social Diferida ocorrido no final do 1º semestre de 2021 será compensado com a perda no final do 2º semestre de 2021.